



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

PABLO REZENDE DA SILVA

**ENTRE QUILOMBOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E DE UM MODO
DE VIDA COMUNITÁRIA**

AMARGOSA - BA

2020

PABLO REZENDE DA SILVA

**ENTRE QUILOMBOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E DE UM MODO
DE VIDA COMUNITÁRIA**

Relatório de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores (CFP), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação do campo.

Área de concentração: Trabalho, Movimentos Sociais do Campo e Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Ribeiro Velloso

AMARGOSA - BA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

S586e

Silva, Pablo Rezende da.

Entre quilombos: uma história de luta, resistência e de um modo de vida comunitária. / Pablo Rezende da Silva. – Amargosa, BA, 2020.

104 fls.; il. color.

Orientadora: Prof. Dr. Tatiana Ribeiro Velloso.





Relatório de pesquisa (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA, 2020.

Bibliografia: fls. 98 -103

Inclui apêndice e anexo.

1. Educação do Campo. 2. Quilombolas. 3. Associativismo. I. Velloso, Tatiana Ribeiro. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDD – 379

 <p>PPGEDUCAMPO Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo - UFBR</p>  <p>CFP</p>	<p>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA Centro de Formação de Professores - CFP Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo Site: https://www1.ufrb.edu.br/educacaodocampo/ E-mail: mestrado.campo@cfp.ufrb.edu.br</p>	 <p>UFBR Universidade Federal do Recôncavo da Bahia</p>  <p>PPGCI Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo</p>
---	--	--

ATA DE EXAME DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DE
CONCLUSÃO DE CURSO DO MESTRANDO **PABLO
REZENDE DA SILVA** NO PROGRAMA DE PÓS -
GRADUAÇÃO / MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RECÔNCAVO DA BAHIA

Ao décimo nono dia do mês de setembro de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se em sessão remota a Comissão Avaliadora composta pelos Professores: Doutora Rosineide Pereira Mubarack Garcia, Doutor José Nunes da Silva (examinadores) e por mim, Doutora Tatiana Ribeiro Velloso (Orientadora), para examinar o trabalho intitulado "ENTRE QUILOMBOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E DE UM MODO DE VIDA COMUNITÁRIO", do Mestrando Pablo Rezende da Silva. Após arguição e discussão, a banca examinou, analisou e avaliou o referido trabalho, chegando a conclusão que foi APROVADO. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Avaliadora encerrou a reunião da qual eu, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes e encerrada por mim.


Amargosa - BA, 19 de setembro de 2020.



Prof. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
(Orientadora)



Prof. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia
(Membro Interno)



Prof. Dr. José Nunes da Silva
(Membro Externo)

Dedico esse trabalho

Ao Deus de Amor e Justiça a quem agradeço pelo dom de viver. A todos os homens e mulheres que foram parte e partícipe desta pesquisa. Quilombolas da Vila Guaxinim e da Baixa da Linha, com quem tive a honra de apreender durante essa travessia e vivência comunitária.

A meus pais Maria José e Florisvaldo, e minha irmã Fabiane cujo exemplo de vida é como livro aberto, onde me inspiro para desenhar meu caminhar. Aos meus lindos sobrinhos Guilherme e Vicente, que nasceram durante as descobertas deste trabalho e que já ensinam tanto, com tão pouca idade. A minha vizinha querida Rufina Maria que completou sua trajetória antes deste trabalho ser concluído e que faz tanta falta. A Meu Grande Amor Sthefane Pires, minha melhor amiga, confidente, cúmplice desta vida e outras tantas. E à vida que ensina todos os dias, entre encontros e reencontros a semear e a colher saberes e sabores.

Dedico.

A vocês, todo meu Amor e Gratidão!

AGRADECIMENTOS

*Vou seguindo pela vida
Me esquecendo de você
Eu não quero mais a morte
Tenho muito que viver
Vou querer amar de novo
E se não der não vou sofrer
Já não sonho, hoje faço
Com meu braço o meu viver*

Gratidão primeiramente ao Deus de amor e justiça por me permitir chegar até aqui, fortaleza para o enfrentamento dos desafios encontrados em todos os caminhos trilhados, candeeiro que ilumina a trajetória, e minha coragem para não optar por desistir.

Gratidão aos meus ancestrais que pavimentaram a estrada para que a história construída tivesse alicerces firmes. Em especial minha avó Rufina Maria que virou semente de mulher forte, fonte de fé inesgotável e que me ensinou a entender os efeitos do tempo.

Gratidão a minha Família, aos meus pais Maria José e Florisvaldo, minha irmã Fabiane. Meus sobrinhos Guilherme e Vicente que me ensinam com a experiência de vida de cada um, cada um do seu jeito e a seu tempo.

Gratidão a minha noiva Sthefane Pires, que é meu alicerce para que nos momentos mais difíceis não desistisse de construir esse trabalho. Meu amor, minha companheira, melhor amiga e responsável pelos melhores dias de minha vida.

Gratidão aos Amigos e Companheiros de Luta em defesa de uma sociedade mais igualitária. Em especial aos companheiros e companheiras que estiveram comigo a frente da Secretaria de Políticas Especiais, Cristine Melo, Lucas Almeida, Lucas Carmo, Carolina Souza, Karina França, Miriam Feliciano, Juliana Macedo, Rafael Fiuza, Antônio Gerson, João, Rosimeire Livina, Erica Lordelo, Marina, Marília, Juarez Paz, Virginia, Verônica, Paulo e Neide, que me deram grande força quando precisei me ausentar do trabalho para as aulas no Campus em Amargosa. Além do amigo/irmão Natanael Conceição que assumiu a gestão da Secretaria em diversos momentos de minha ausência e que hoje assumiu de forma definitiva. Gratidão aos companheiros do Partido dos Trabalhadores em especial ao amigo e presidente Elias Gomes.

Gratidão aos meus professores em todos os momentos de minha vida, desde a alfabetização até a graduação, pois partilhamos conhecimentos e isso contribuiu muito para minha formação e para a leitura de mundo que tenho hoje. Em especial a minha orientadora Professora Tatiana Velloso pela disponibilidade em fazer parte desse momento e de contribuir com esse trabalho, desta forma contribuindo com minha formação e com as comunidades que são objeto deste relatório. Foi muito especial te conhecer e tê-la como minha orientadora. Espero, sinceramente, que possamos trabalhar juntos novamente, pessoas especiais que passam por nossas vidas, devemos preservá-las. Você terá sempre um lugar especial em meu coração. Obrigado!

Gratidão a todos os meus colegas da Turma “Luta, Resistência e Liberdade” que nos nossos encontros contribuíram para ampliar meus conhecimentos e aprimorar meu desempenho como educador do povo, militante, político. Aprendi muito com vocês em meio aos debates de uma turma repleta de educadores que surgiram dos movimentos sociais, sobretudo do campo e de educadores militantes da escola pública.

Gratidão à professora Rosimeire Mubarak e ao professor José Nunes por aceitarem com muito carinho o convite para participar da minha banca de qualificação e de defesa, me sinto muito honrado por ter as contribuições de ambos nesse trabalho.

Gratidão a UFRB, esta universidade que é fruto da luta do povo do território do Recôncavo e que também é objeto desse estudo na relação com as comunidades quilombolas.

Gratidão a todos os homens e mulheres quilombolas da Vila Guaxinim e da Baixa da Linha que são parte e partícipe desse trabalho. Os conhecimentos adquiridos e ampliados por meio dos saberes e fazeres destas comunidades foram de grande contribuição para minha práxis como educador.

Por fim, desejo que este trabalho possa ressoar positivamente na vida das comunidades e que as reflexões aqui apontadas possam pesar nos debates a cerca das políticas públicas para os povos quilombolas para contribuir na garantia de direitos.

Axé, Paz e Bem!

*Há muito tempo que eu saí de casa
Há muito tempo que eu caí na estrada
Há muito tempo que eu estou na vida
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz
Principalmente por poder voltar
A todos os lugares onde já cheguei
Pois lá deixei um prato de comida
Um abraço amigo, um canto prá dormir e sonhar
E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar
É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração
E aprendi...*

GONZAGUINHA
(Caminho do Coração)

SILVA, Pablo Rezende da. **Entre quilombos**: uma história de luta, resistência e de um modo de vida comunitária. 2020. Relatório de Pesquisa (Mestrado em Educação do Campo). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2020.

RESUMO

Desde a formação dessa nação, a história da população negra e ameríndia tem sido invisibilizada e, por vezes, negada na construção da história do Brasil. Desta forma, é essencial a interpretação historiográfica da trajetória dos povos tradicionais que edificaram esse país. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de sistematizar o histórico das Comunidades Quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha do município de Cruz das Almas – BA, na relação com o processo de organização, através das associações e das contribuições no contexto da Educação do Campo. Para tanto, analisou-se as experiências de vida comunitária e do modo de organização coletiva dos sujeitos quilombolas, onde utilizamos a abordagem qualitativa, por meio da pesquisa – ação através dos instrumentos das oficinas temáticas relacionando as estratégias metodológicas da Linha do Tempo, Cartografia Social e da Colcha de Retalhos. Neste sentido, esse estudo é construído coletivamente com as comunidades, quando nas oficinas discutimos as categorias teóricas de Participação, Associativismo, Terra, Território, Quilombo, Identidade e Educação do Campo, como categorias fundantes para o diálogo com a história e o modo de vida destas comunidades. As oficinas temáticas permitiram identificarmos, em cada uma das propostas, diversos elementos que quando juntos revelam as características das comunidades, suas formas de organização, seu modo de vida e suas lutas e resistências. Podemos concluir que este estudo sinaliza e prospecta novas pesquisas na medida em que lacunas precisam ser preenchidas para melhor análise das realidades das comunidades quilombolas na perspectiva da Educação do Campo e na relação com a organização comunitária enquanto atividade formativa.

Palavras-chave: Quilombolas. Educação do Campo. Associativismo.

SILVA, Pablo Rezende da. **Among quilombos**: a history of struggle, resistance and a community way of life. 2020. Research Report (Master in Rural Education). Federal University of Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2020.

ABSTRACT

Since the formation of that nation and the history of the black and American population, they have been invisible and sometimes denied in the construction of the history of Brazil, thus, it is essential to interpret the history of the traditional peoples who built this country. In view of this, the present work aims to systematize the history of Vila Guaxinim quilombola communities and the downtown line of the municipality of Cruz das Almas - BA, in relation to the organization process, along the statistics and contributions in the context of education Field. To this end, analyze how the experience of community life and the collective organization of quilombolas, where we use a qualitative approach, through action research through instruments of thematic workshops related to the methodological strategies of the Timeline, Social Cartography and the Patchwork. In this sense, this study is collected collectively as communities, when it is officially discussed as theoretical categories of participation, associativism, land, territory, quilombo, identity and field education, as founding categories for the dialogue with the history and way of life of these communities. As thematic workshops, it is possible to identify in each of the different elements that when together reveal the characteristics of the communities, their forms of organization, their way of life and their struggles and resistance. We can conclude that this study signals and prospects new researches that measure in which gaps are filled for a better analysis of the realities of quilombola communities in the perspective of Rural Education and in the relationship with an organization with active organization during the training activity.

Keywords: Quilombolas. Rural Education. Associativism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fluxograma Ilustrativo das Oficinas Temáticas nas Comunidades Quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha – Cruz das Almas – BA25
Figura 2	Mapa conceitual referente à pesquisa.....29
Figura 3	Moradoras da Comunidade Vila Guaxinim aguardando a reunião da Associação Comunitária, em Cruz das Almas– BA33
Figura 4	O Território de Identidade do Recôncavo e sua composição dos municípios e sua localização no Brasil (2014)41
Figura 5	Raça/cor/etnia dos estudantes da UFRB (2017)45
Figura 6	Realização da Oficina “Linha do Tempo”, na comunidade quilombola Vila Guaxinim, em 2020.....48
Figura 7	Dona Augusta, esposa do Sr. Luiz “Guaxinim”, matriarca da Comunidade Quilombola da Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA49
Figura 8	Protagonismo das Mulheres na diretoria da Associação Comunitária Quilombola da Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA51
Figura 9	Linha do tempo da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim55
Figura 10	Realização da Oficina “Linha do Tempo”, na comunidade quilombola Baixa da Linha, em 2020.....56
Figura 11	Urna Funerária Indígena encontrada na comunidade Baixa da Linha.....57
Figura 12	Associação comunitária quilombola da Baixa da Linha, em Cruz das Almas – BA59
Figura 13	Linha do tempo da Comunidade Quilombola Baixa da Linha.....62
Figura 14	Demarcação das terras das comunidades quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha em setembro de 2019.....63
Figura 15	Imagem de proposta de poligonal para as Comunidades Quilombolas Baixa da Linha e Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA.....70
Figura 16	Oficina da Cartografia Social da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim.....75
Figura 17.	“Fonte do Barracão” de uso comum da Vila Guaxinim e Baixa da linha.....76

Figura 18	Oficina da Cartografia Social da Comunidade Quilombola Baixa da Linha.....	78
Figura 19	Oficina da Construção da Colcha de Retalhos da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim.....	80
Figura 20	1º Encontro da Comunidade Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA – 2015	93
Figura 21	Mesa de Abertura do II Diálogos Quilombola da Comunidade Vila Guaxinim e I Diálogos de Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Cruz das Almas – BA	94
Figura 22	Abertura do III Diálogos Quilombola da Comunidade Vila Guaxinim e II Diálogos de Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Cruz das Almas – BA	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Processos abertos para regularização de territórios quilombolas por regiões – 2019.....	67
Quadro 2	Processos abertos para regularização de territórios quilombolas na região nordeste – 2019.....	68
Quadro 3	Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) na Bahia, 2004 – 2019.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRUFBA	Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia
AGU	Advocacia Geral da União
ARCAFAR	Associação das Casas Familiares Rurais
ASQ	Agenda Social Quilombola
ATER	Assistência Técnica e inclusão Rural
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQs	Comunidades Remanescentes de Quilombos
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IEAB	Imperial Escola Agrícola da Bahia
IIBA	Imperial Instituto Baiano de Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAS	Núcleo de Engenharia de Água e Solo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PGR	Procuradoria Geral da República
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PROPAAE	Pró – Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistências Estudantis
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Território de Identidade
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEFAB	União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	22
REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
PARTE I.....	33
ENTRE MEMÓRIAS QUILOMBOLAS: A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA	33
UM BREVE HISTÓRICO SOBRE OS QUILOMBOS	34
UM QUILOMBO CHAMADO RECÔNCAVO	40
A HISTÓRIA DA COMUNIDADE VILA GUAXINIM	46
A HISTÓRIA DA COMUNIDADE BAIXA DA LINHA.....	56
PARTE II.....	63
ENTRE LUTAS: OS DESAFIOS QUILOMBOLAS PELO DIREITO A TERRA E AO TERRITÓRIO	63
RECONHECIMENTO, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO.....	64
CARTOGRAFIA SOCIAL: UM MAPA NA PALMA DAS MÃOS.....	71
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DA VILA GUAXINIM	74
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DA BAIXA DA LINHA	78
PARTE III.....	80
ENTRE SABERES E FAZERES: EDUCAÇÃO DO CAMPO, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO	80
EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	81
A EDUCAÇÃO DO CAMPO, PARTICIPAÇÃO E ASSOCIATIVISMO	86
COSTURANDO SONHOS: DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	99
FONTES.....	104
APÊNDICES	105
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	105
APÊNDICE B - Roteiro da oficina 1: História da comunidade de identidade quilombola.....	108
APÊNDICE C - Roteiro da oficina 2: Terra e Território	109

APÊNDICE D - Roteiro da oficina 3: Participação, Coletividade e Associativismo 110

ANEXOS	111
ANEXO A – Autorização para realização da Pesquisa da Vila Guaxinim	111
ANEXO B – Autorização para realização da Pesquisa da Baixa da Linha.....	112
ANEXO C – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	113
ANEXO D – Certidão de Autodefinição da Comunidade Vila Guaxinim.....	117
ANEXO E – Certidão de Autodefinição da Comunidade da Baixa da Linha	118
ANEXO F – Demarcação das comunidades quilombolas	119
ANEXO G – Ata da reunião do Comitê de Regularização das terras.....	121
ANEXO H – Canção da terra, do compositor Pedro Munhoz, utilizado na Oficina 2 – Terra e Território	124

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A História do Brasil se confunde com a história das populações negras deste país, porém, infelizmente, a História oficial sempre negou insistentemente as grandes contribuições que os povos africanos e afro-brasileiros deixaram para a formação deste território. Os quilombos, enquanto movimentos de resistências e, ao mesmo tempo, espaço de fortalecimento da identidade e das memórias individuais e coletivas, são também elementos que contam a história do país.

No Brasil, as comunidades quilombolas passaram de núcleos rurais de resistência ao processo de escravização, a comunidades que lutam pelo reconhecimento dos direitos a terra e a identidade como herança dos seus ancestrais, enquanto movimentos reivindicatórios. Contudo, por conta da negação da história dos povos quilombolas, os mesmos sofreram um processo de criminalização e invisibilidade o que prejudicou consideravelmente à garantia dos seus direitos.

O processo de invisibilidade e de negação da história das diversas sociedades afro-brasileiras e ameríndias, pela ausência da escrita ou por não considerar as memórias e as expressões de cultura e de valores desses povos, representou a ausência historiográfica dessas experiências de sociedades durante muito tempo. Entretanto, com estratégias metodológicas e teóricas foi possível um novo processo investigativo que possibilitou tornar a história destes sujeitos visíveis e, sobretudo, reveladora dos processos de exclusão e desigualdade que atingiram esses povos.

A luta das pessoas negras escravizadas contra o sistema escravista e contra seus escravizadores significou a resistência não somente ao processo de escravidão, mas também a negação das condições humanas a essa parcela significativa da população brasileira, e, conseqüentemente, a negação à educação, ao acesso a terra, à liberdade e à consciência política.

Diante disso, é preciso identificar como na atualidade os sujeitos quilombolas reivindicam politicamente e coletivamente suas demandas relacionadas às políticas públicas de desenvolvimento comunitário, e se reivindicam. Dentre as formas de requerer o atendimento de tais demandas, o associativismo se configura como um espaço de práticas reivindicatórias que na teoria buscam escapar dos esquemas tradicionais do clientelismo político, e o perfil pedagógico das associações que forma

os homens e mulheres em sujeitos de direitos, ou ainda como instrumento de organização, que sinaliza e orienta políticas públicas de desenvolvimento das comunidades.

O associativismo nos anos 1990 passou a assumir um perfil menos reivindicatório, sendo mais estratégico e mais propositivo, operativo, produzindo menos mobilizações ou grandes manifestações. O conceito básico que dá fundamento às ações desse novo associativismo é o de Participação Cidadã (GOHN, 2013).

Aqui consideraremos a Associação enquanto espaço formativo e de luta pedagógica, neste sentido, esse perfil se define não apenas através de sua constituição, mas, sobretudo, por sua base comunitária e emancipatória assim como a educação do campo.

É nesse contexto, que surge a questão central desse trabalho: como a associação comunitária quilombola, enquanto espaço formativo organiza esses sujeitos para o desenvolvimento comunitário e para as lutas na perspectiva da Educação do Campo?

Para tanto, este trabalho tem como o objetivo geral de sistematizar o histórico das Comunidades Quilombolas do município de Cruz das Almas – BA, na relação com o processo de organização, através das associações e das contribuições no contexto da Educação do Campo. Para alcançar tal objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos, a saber: 1) analisar o processo histórico de formação das comunidades através das histórias de vida dos sujeitos; 2) identificar a relação dos sujeitos quilombolas com a terra e o território a partir dos relatos das comunidades; e 3) identificar como as comunidades quilombolas se organizam por meio do associativismo no contexto da educação do campo.

Dessa forma, o presente relatório reflete sobre a associação como espaço formativo e seus elementos que potencializam o desenvolvimento da comunidade, sendo este trabalho de pesquisa realizado em diálogo com os sujeitos quilombolas em face ao território, à história e à identidade dos mesmos. Para tanto, estão colocadas as motivações do pesquisador no âmbito pessoal, político e acadêmico, com ênfase na construção desse caminho que sustenta o interesse pela temática.

Filho e Neto de Agricultores que deixaram o Campo e passaram a viver na Cidade, mas que sempre preservaram os valores e a identidade do homem e da mulher do campo descobri na juventude a importância dos camponeses no processo

de construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária entre homens e mulheres, brancos e negros, camponeses e urbanos. A Militância nas pastorais sociais, nas comunidades de base e o início da vida universitária me levaram a adentrar ao movimento estudantil na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no curso de História, pautando demandas da categoria estudantil e descobrindo um espaço não-formal de educação e de aprendizagem dentro das plenárias e assembleias dos estudantes.

Nessa trajetória, por meio de uma articulação dos movimentos sociais do campo, sindicatos e prefeituras do Recôncavo, construímos o Fórum Regional de Educação do Campo no *I Seminário Realidade, Contradições e Possibilidades para Educação do Campo no Recôncavo e Vale do Jiquiriçá*, em 2012, no município de Cruz das Almas, como espaço para pensar e propor políticas públicas para uma Educação do Campo que pudesse organizar processos de formação humana em contraposição à hegemonia do capital. As experiências partilhadas acrescentaram ainda mais na minha formação política pedagógica.

O conhecimento político soma-se a história de vida pessoal e pastoral e a caminhada ganha novas trajetórias com a entrada no partido dos trabalhadores do município de Cruz das Almas e as pautas passam a tomar proporções maiores pensando a dinâmica da cidade e do campo e a vida das pessoas que dela fazem parte.

É nesse momento que a aproximação com as comunidades quilombolas do município se dá com maior intensidade e os desafios são apresentados como caminhos pelo direito a terra, que se traduz na busca pela Titulação do território quilombola. Esse contexto provoca a necessidade de produzir esse estudo sobre os sujeitos moradores das comunidades quilombolas e sua relação com o Campo, com a Identidade Quilombola e com o Associativismo, de modo que contribua para o fortalecimento da organização comunitária, bem como para o desenvolvimento agrário das comunidades na perspectiva da Educação do Campo.

No intuito de realizar uma análise de conceitos relevantes que circundam e determinam nosso objeto, organizamos o Relatório de Pesquisa a partir de uma metodologia na qual se adota diálogos interativos, potencializados pelo formato de oficinas, na perspectiva da pesquisa-ação. Ademais, consideramos a história das comunidades resgatada pelas memórias dos seus moradores, através da história oral, por meio de entrevista com alguns moradores e lideranças das comunidades. A

escolha dos entrevistados entre todos os moradores se deu por indicação dos próprios participantes da oficina.

Para melhor estruturação deste trabalho, o mesmo segue organizado em três partes.

Na primeira parte, “**Entre Memórias Quilombolas: A história que a História não conta**”, apresentamos a trajetória de vida dos sujeitos e das comunidades, buscando entender suas histórias, através da memória e oralidade.

Na segunda parte, intitulada de “**Entre Lutas: Os desafios quilombolas pelo direito a Terra e ao Território**”, abordamos os processos permanentes das lutas, seus conflitos no que diz respeito à conquista da terra e do território e o pertencimento dos sujeitos às comunidades na busca por justiça, reconhecimento e desenvolvimento. Além disso, identificamos a partir do olhar dos moradores os desafios e conquistas existentes.

Na Terceira parte, intitulada de “**Entre Saberes e Fazeres: Educação do Campo, Associativismo e Participação**”, destacamos o histórico do associativismo no Brasil, o processo de construção coletiva nas comunidades e a importância da associação enquanto espaço formativo, enfatizando sua capacidade laborativa para políticas públicas como forma de organização dos povos quilombolas na perspectiva da educação do campo.

Diante disso, este relatório buscou contribuir com o referencial teórico, referente aos estudos sobre a realidade das comunidades quilombolas relacionados à Educação do Campo, ao Associativismo e ao Desenvolvimento Territorial. Toma como área de estudo o Território do Recôncavo, especificamente o município de Cruz das Almas que possui duas comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares e certificadas como remanescentes de quilombolas, sendo elas, as comunidades Vila Guaxinim e a Baixa da Linha, ambas localizadas nas mediações da sede da reitoria da UFRB. Esta especificidade torna importante, portanto, a compreensão da relação existente entre as comunidades e a universidade. Ademais, o estudo possibilitou, o entendimento da realidade dos sujeitos remanescentes de quilombolas e dos sujeitos membros da universidade, o debate sobre terra, território e identidade.

Assim reconhecendo, as lutas e conquistas dos povos tradicionais, existentes ao longo da história do Brasil, este trabalho pode ser considerado de grande relevância social, para estas comunidades, visto que poderá contribuir com a

formação política e de organização comunitária, fortalecendo a identidade desses povos para o desenvolvimento do campo, possibilitando assim novas conquistas.

Além disso, o presente relatório contribuirá para a Educação do Campo, tendo em vista que as comunidades quilombolas que estão sendo estudadas estão localizadas no campo, nas proximidades da universidade, e possuem certa organização social comunitária, através do associativismo permitindo assim um diálogo entre os movimentos sociais do campo e o conhecimento acadêmico. Porém, este diálogo necessita ser realizado através da construção de uma rede social do campo possibilitando aprofundamentos relacionados ao desenvolvimento agrário no âmbito da associação e de uma Educação do Campo que possibilite um protagonismo dos sujeitos quilombolas.

O propósito, portanto, de pesquisar e analisar o processo dessas comunidades quilombolas, principalmente na perspectiva da Educação do Campo, parte do comprometimento pessoal e, sobretudo, político com a temática em estudo onde rememoro a trajetória com as lutas comunitárias, de organização do Fórum de Educação do Campo no Território e da relação com as comunidades quilombolas. Além de conhecer as histórias, as lutas e o modo de vida dessas comunidades.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nas experiências vivenciadas em minha trajetória pessoal, identificamos a importância da construção coletiva e o envolvimento dos sujeitos quilombolas para além de objeto desta pesquisa, serem sujeitos/pesquisadores e a escolha desse percurso metodológico não poderia ser diferente.

Este relatório trata-se de uma análise da história de vida comunitária e do modo de organização coletiva dos sujeitos quilombolas, onde utilizamos a abordagem qualitativa, por meio da pesquisa-ação através dos instrumentos das oficinas temáticas, relacionando as estratégias metodológicas da Linha do Tempo, Cartografia Social e da Colcha de Retalhos.

A pesquisa qualitativa buscou identificar e compreender os fenômenos a partir dos olhares e das perspectivas dos sujeitos em estudo. Para Minayo (2001, p. 21 - 22),

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis

Neste relatório utilizamos a técnica das Oficinas Temáticas, onde promovemos a reunião com os moradores das comunidades com o objetivo de discutir e comentar os eixos temáticos, respeitando enquanto pesquisador o princípio da não diretividade. Ao recorrer a essa técnica, obtivemos a coleta de dados coletivos. Na perspectiva da pesquisa qualitativa foram utilizados os instrumentos de entrevistas com os sujeitos e entrevistas comunitárias, como instrumento para construir achados de campo, sendo uma ferramenta apropriada para compreender os dizeres dos entrevistados no processo de descrição das relações existentes entre a comunidade, o território e a associação; além de instrumentos do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que foram considerados no processo de construção dessa pesquisa, estando vinculados em propostas de diálogos interativos no formato de oficinas e rodas de conversas, na relação com a abordagem da pesquisa-ação.

Para análise desse material, foi utilizada a proposta metodológica adotada por Bardin, (2011, p. 47) que diz que o termo análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise do conteúdo visou identificar os significados por trás das palavras dos sujeitos pesquisados por meio de uma temática proposição, ou seja, um enunciado que motivou as discussões, que no caso deste relatório foram utilizadas as categorias teóricas, uma vez que as interpretações dos sujeitos quilombolas foram relacionadas as categorias fundantes deste estudo.

Assim, com a utilização da abordagem da pesquisa qualitativa, dialogada com a análise de conteúdo, buscou-se a relação metodológica com a pesquisa-ação, a fim de buscar respostas coletivas para os problemas apresentados nas oficinas. Desta forma, para Thiollent (1986, p. 14),

(...) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Ou seja, na pesquisa-ação o pesquisador e os pesquisados desempenham um papel ativo para resoluções de problemas coletivos, por meio do acompanhamento e das avaliações das soluções encontradas. Assim sendo, a relação entre sujeito investigador e sujeito investigado deve ser de forma participativa e emancipatória.

Logo, os sujeitos protagonistas da pesquisa, ou seja, os moradores das comunidades quilombolas são também pesquisadores e a resposta aos problemas apresentados são coletivos. Assim sendo, esse estudo é construído coletivamente com as comunidades, quando nas oficinas discutimos as categorias teóricas de Participação, Associativismo, Terra, Território, Quilombo, Identidade e Educação do Campo, como categorias fundantes para o diálogo com a história e o modo de vida das comunidades quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha.

Todas estas categorias são discutidas por meio das histórias das comunidades Vila Guaxinim e Baixa da Linha, que nos são reveladas pelas memórias de seus moradores. Para identificar estas categorias teóricas, recorreremos a História Oral como instrumento para traçar uma linha histórica das comunidades, constatando todos os elementos apontados por estas categorias. Para tanto, a definição que adotamos de História Oral é a de Pollak (1989, p. 4),

ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional.

Portanto, a escolha desses instrumentos metodológicos é política e militante, pois se trata de estratégias que possam contrapor o modelo eurocêntrico de pesquisa, que mantém uma invisibilidade das culturas sociais minoritárias, a fim de negar a produção intelectual das minorias sociais, voltadas para o processo de mercantilização utilitária de dominância material e imaterial. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 71):

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o "outro". A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha.

Corroborando com o que aponta o autor citado, o conhecimento produzido nas comunidades, os saberes e fazeres quilombolas são de grande relevância para compreensão das histórias dos sujeitos e da história da própria comunidade. Portanto, é de fundamental importância a descolonização dos saberes, do conhecimento e da cultura desses povos.

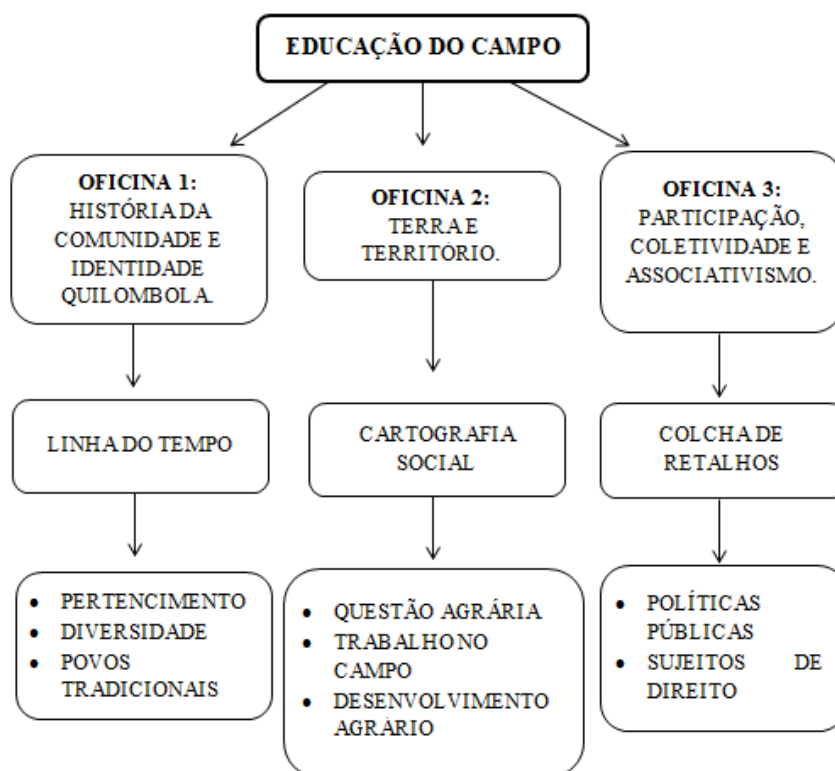
Para identificarmos esses saberes e fazeres, utilizamos como estratégia de facilitação da socialização, as Oficinas Temáticas, enquanto espaço de participação e relação com a proposta metodológica da pesquisa-ação. As Oficinas Temáticas

buscaram a mediação entre o conhecimento, propondo ações pedagógicas, formativas e de integração na perspectiva de obter respostas deste relatório.

Nesse caminho que traçamos foram realizadas três Oficinas Temáticas em cada uma das comunidades quilombolas, com a carga horária de 4 horas/oficina. Para preservar as características de cada comunidade realizamos as oficinas separadas, o que possibilitou observar as impressões, e as versões históricas das lutas e resistências dessas comunidades. Neste ínterim, buscamos identificar o pertencimento dos sujeitos moradores daquele território, enquanto homens e mulheres quilombolas, o vínculo destes com a terra e a vida no campo e o reconhecimento do espaço das associações enquanto espaço de luta e conquistas das comunidades, contribuindo assim, para a diversidade na pesquisa em relação ao olhar dos moradores sobre a comunidade e suas relações.

Logo abaixo, apresentamos um esquema de como as Oficinas Temáticas foram organizadas, procuramos sistematizar as categorias fundantes da pesquisa (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma Ilustrativo das Oficinas Temáticas nas Comunidades Quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha, Cruz das Almas – BA.



Para a realização da *Oficina 1: “História da comunidade e Identidade quilombola”*, discutimos o processo histórico de formação das comunidades, sua Identidade e seu pertencimento enquanto quilombola, aspectos culturais, diversidade, através da estratégia metodológica da Linha do Tempo, que possibilitou enxergar uma perspectiva dos eventos, permitindo assim entender melhor a história sob o olhar dos sujeitos em estudo. No primeiro momento, reunimos informações sobre os eventos históricos da comunidade desde a sua origem até os dias atuais, através dos relatos dos moradores. Em seguida, identificamos quais desses eventos representaram os principais marcos para a delimitação histórica que alimentou a linha do tempo. A categoria fundante aqui relacionada foi a Identidade, logo, percebeu-se que as decisões identitárias são definidas de acordo as determinações do coletivo.

Na *Oficina 2: “Terra e Território”*, abordamos o processo de reconhecimento, certificação e demarcação do território dessas comunidades, considerando a proposta metodológica da Cartografia Social, onde produzimos um mapa das comunidades na perspectiva dos sujeitos que nela residem, que representam a realidade desses povos tradicionais. Para Dorival dos Santos (2016, p. 274) “a cartografia social é vista como um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados”. Assim, iniciamos esta etapa do processo metodológico considerando os conhecimentos comunitários sobre o território pertencente à comunidade de remanescentes quilombolas e obedecendo aos limites do território a partir de elementos de representação coletiva, como por exemplo, uma árvore, ou a nascente de um rio. A Questão Agrária como categoria fundante nessa oficina coloca essa discussão na centralidade, a luta pela terra e os desdobramentos na busca de reconhecimento, justiça e desenvolvimento.

A *Oficina 3: “Participação, coletividade e associativismo”*, tratou sobre o envolvimento dos sujeitos quilombolas na construção do associativismo comunitário, e os processos formativos de suas lideranças, a partir das rodas de conversas e assembleias enquanto espaço de uma educação não-formal, e como esses saberes coletivamente construídos formaram sujeitos politicamente ativos. Para tal discussão, utilizamos como ferramenta metodológica, a produção de uma Colcha de Retalhos que serviu como estratégia que proporcionou aos sujeitos quilombolas

enxergarem as possibilidades de conquistas coletivas a partir de suas individualidades.

Para Patrícia Campos Chaves (2014, p. 45) “ao ver simbolizada na “Colcha de Retalhos”, sua possibilidade de construir coletivamente a rede, cada participante pôde perceber sua capacidade de ser transformador da realidade”. Para tanto, a categoria fundante *Participação* trouxe a discussão acerca das necessidades de organização participativa da comunidade na busca por políticas públicas efetivas para o desenvolvimento comunitário.

Assim sendo, todo esse processo das oficinas foi orientado pelas referências teóricas da Educação do Campo, que passa pela “Pedagogia do Oprimido¹” do conceituado educador Paulo Freire, sobre a perspectiva da Educação Libertadora onde o diálogo é o mais importante, pois, é a partir dele que novos conhecimentos serão absorvidos, discutidos, de forma espontânea, natural e didática. Também discutimos a “Pedagogia do Movimento sem Terra²” da educadora Roseli Caldart, por entender que os saberes e fazeres dos povos quilombolas são fundamentais para compressão dos temas propostos por essa pesquisa.

Ademais, nesse processo de escuta utilizamos entrevistas com homens e mulheres, jovens e os “Griôs”³ quilombolas, e enxergamos a história desses povos sob a ótica deles, sem o vício acadêmico da seletividade temporal e histórica. As entrevistas e os relatos desses sujeitos nas oficinas orientam as partes deste relatório retratando, a partir das vivências nas comunidades, a história desse lugar e desses povos.

Assim, a obtenção de tais informações que descreveram a realidade, os saberes e fazeres dos povos quilombolas, suas formas de organização, possibilitaram uma pesquisa com ativa participação, considerando os aspectos culturais, tais como valores, crenças, conhecimentos que contribuem para o entendimento da comunidade e de seus sujeitos.

¹ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

² CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

³ A palavra **griô** tem origem na tradição oral africana, utilizada para designar mestres portadores de saberes e fazeres da cultura, esses transmitidos oralmente. os *griôs* são aqueles que há séculos preservam e transmitem as histórias – principalmente as que se referem aos grandes líderes e à formação dos reinos, mas também às pessoas comuns. Tradicionalmente, os *griôs* contavam a história de seu povo na forma de poemas ou canções. Com o passar do tempo e com as mudanças que se processaram nas sociedades africanas, as maneiras de contar as histórias e mesmo alguns de seus episódios foram sendo alterados, de maneira a adaptar as narrativas tradicionais ao mundo contemporâneo.

Para realizar a investigação e a realização da pesquisa, foi solicitado as comunidades quilombolas, por meio de seus representantes nas Associações comunitárias, a autorização para realização da mesma, antes da submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). As lideranças disponibilizaram suas declarações autorizando o desenvolvimento do relatório (ANEXO A e B).

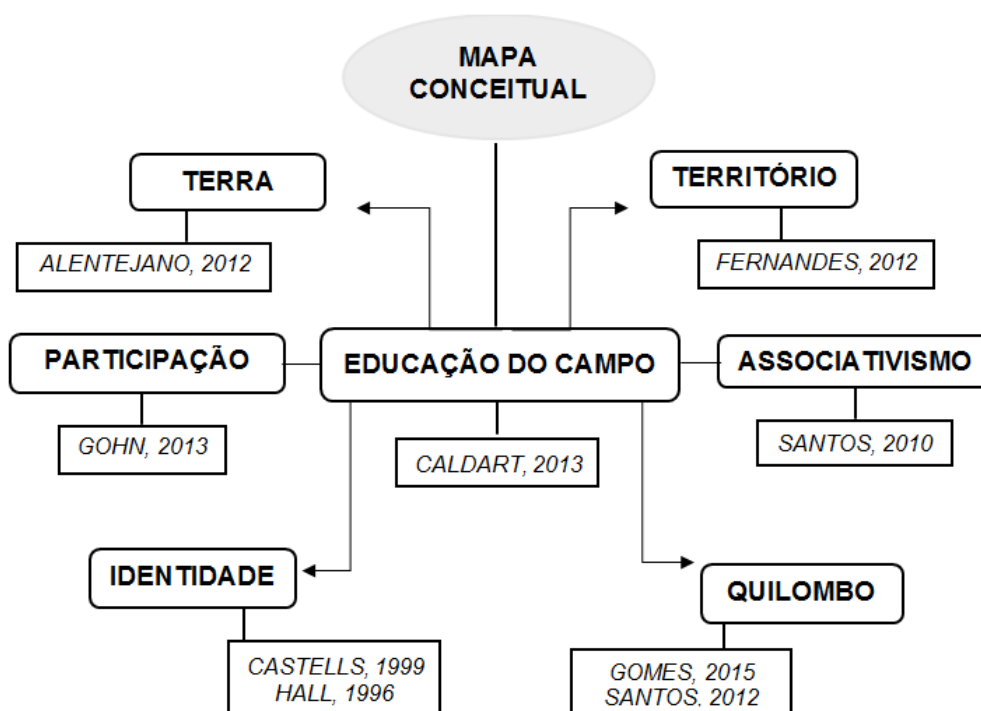
De tal modo, este relatório enquadra-se nas Diretrizes e Normas das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016, sobre pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, pois, trata do envolvimento de seres humanos. Para tanto, esta pesquisa cumpriu com os princípios éticos no desenvolvimento das atividades com seres humanos, segundo o CEP da UFRB, registrado sob o CAAE nº: 29404120.2.0000.0056, por meio do Parecer Consubstanciado do CEP (ANEXO C).

Na realização da Oficina foi lido e apresentado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A) aos moradores das comunidades, para assinatura, à medida que foram convidados a participarem da pesquisa, estando cientes do objetivo do estudo e da forma de divulgação dos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para demonstrar as escolhas das categorias na realização da pesquisa, bem como de sua inter-relação metodológica, apresentamos o mapa conceitual com as palavras escolhidas para a atividade (Figura 2). Para cada categoria se tem indicação de autores referências que contribuem para a discussão conceitual, e ao mesmo tempo, estas estabelecem uma relação para o desenvolvimento da pesquisa.

Figura 2. Mapa conceitual referente à pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A *Educação do Campo* enquanto categoria de análise fundante e articuladora das demais categorias nesta pesquisa configura-se como prática educativa concreta e como análise para compreensão da realidade na perspectiva dos trabalhadores do campo. Conforme Roseli Caldart (2013, p. 257),

como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações.

Dessa forma, a Educação do Campo como análise para compreensão da realidade está relacionada com as outras categorias conforme mapa conceitual, por explicar a realidade dos trabalhadores do campo e ao mesmo tempo ser produto dessa realidade. A partir desta categoria dialogaremos, portanto, com as demais utilizadas neste relatório.

No contexto deste estudo, onde também debatemos sobre a organização dos sujeitos quilombolas por meio do Associativismo, a discussão sobre Participação se faz necessário.

Entendemos que Participação é o meio pelo qual os sujeitos atuam de forma coletiva ou individual com o objetivo de organizar suas reivindicações, ou contribuir para efetivação delas. E para ajudar a compressão do termo, trazemos as contribuições de Maria Glória Gohn (2013, p.16) que a define:

(...) segundo três níveis básicos: o conceptual, o político e o da prática social. O primeiro apresenta um alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta. O segundo, dado pelo nível político, usualmente é associado a processo de democratização (em curso ou lutas por sua obtenção), mas também pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca de mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controles social. O terceiro - as praticas sociais – relaciona – se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações, para realizar algum intento. Aqui a participação um meio viabilizador fundamental.

Neste sentido, aqui neste relatório utilizamos o nível das práticas sociais, de que trata a autora, tendo em vista que a participação dos sujeitos quilombolas e dos trabalhadores do campo se dá por meio da associação comunitária, como espaço formativo, de educação em espaço não escolar, e que ao mesmo tempo reúne as condições necessárias para as lutas coletivas e os anseios de desenvolvimento comunitário e da vida dos próprios sujeitos. É no espaço formativo da associação que as lutas e as realidades dos trabalhadores do campo se encontram e, portanto, podemos afirmar que Participação e o Associativismo estão diretamente ligados.

Para conceituar *Associativismo*, aproveitamos o conceito de Santos (2010, p. 35) que afirma que,

[...] a associação é vista como uma forma de se alcançar objetivos coletivamente, uma vez que, individualmente, consegui-los seria mais difícil. Nessa perspectiva, o associativismo figura como uma possibilidade de resolução de problemas ou de melhoria das condições de vida.

Desta forma, ao unir as categorias de Participação e Associativismo identificamos como os sujeitos quilombolas participam da associação e constroem coletivamente a comunidade, a partir das resoluções dos problemas e da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento comunitário. As conquistas coletivas das comunidades que tem experiências com o associativismo representam a possibilidade de efetivação de políticas públicas por meio da influência direta ao poder público.

Como uma das principais demandas históricas dos povos quilombolas, o direito a terra também se faz necessário no debate deste relatório. Assim, no que diz respeito à categoria *Terra* utilizamos as discussões realizadas por Paulo Alentejano, (2013, p. 743) ao refletir, que por “mais de meio século após o início da colonização portuguesa, terra continua sendo sinônimo de poder e riqueza concentrados nas mãos de poucos no Brasil, e não necessariamente de brasileiros”. O que nos faz pensar que o acesso à terra para população negra no Brasil, não se deu de forma tranquila, pois, significaria, na concepção dos agentes colonizadores, o acesso das populações antes escravizadas ao poder.

Para tanto, ao elencar Terra como um objeto de análise nas relações das comunidades quilombolas não podemos deixar de tratar sobre o *Território* que é ocupado pelos sujeitos, e que também é fruto dos próprios sujeitos. Território é o espaço, mas também a forma como esse espaço é utilizado, assim Bernardo Mançano Fernandes (2013, p.744) o define como:

(...) uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que é a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental.

Assim, conforme aponta o autor, quando esse espaço é caracterizado como resultado das relações existentes, ou seja, as relações de trabalho, familiares, culturais e políticas esse espaço é o território. Destarte, a Terra e Território são conceitos que se entrelaçam e, desta forma, devem caminhar lado a lado no entendimento das realidades das comunidades quilombolas.

Isto posto, a relação dos pesquisados neste relatório com a terra, com o território, e com sua história, produz a identidade desses sujeitos enquanto povos quilombolas, ressignificando sua existência coletiva. Logo, pensar Identidade, nos remete ao conceito de Manuel Castells (1999, p. 24), que nos diz que “a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder”.

Neste caso, os sujeitos quilombolas no processo de luta pelo direito a terra, incorpora a identidade coletiva, considerando os elementos culturais e os interesses coletivos como atributos que se constituem enquanto significado da construção da identidade coletiva e do seu pertencimento.

Segundo Stuart Hall (1996, p. 70),

as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa lei de origem sem problemas, transcendental.

Desta forma, fica evidente que a identidade, por ser um fenômeno diversificado e ativo, é o resultado da inquietação entre a auto representação e uma ação social.

Para compreensão do conceito de *Quilombo*, recorreremos a Santos (2012, p. 650) que define os quilombos como “modalidade de representação de uma existência coletiva que leva em conta a multiplicidade de formas do presente”. E Gomes (2015, p. 5) que as define como sendo “a continuidade de um processo histórico da escravidão da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão se formaram”.

Diante do exposto, os resultados obtidos com esses instrumentos metodológicos e referenciais teóricos serviram de subsídio para a produção do relatório sobre a organização comunitária quilombola, produzida em comum-unidade com os sujeitos dessa pesquisa, se apresentando como ferramenta para a formação dos jovens da comunidade e para o fortalecimento do pertencimento comunitário quilombola, bem como para dinâmica da associação.

PARTE I

ENTRE MEMÓRIAS QUILOMBOLAS: A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

Aquele que é feito escravo
por uma força maior do que a sua,
ama a liberdade e é capaz de morrer por ela,
nunca chegou a ser escravo.
Zumbi dos Palmares

Nesta parte discutiremos como foram construídas as histórias das comunidades quilombolas no Brasil, o processo de formação, resistências, pertencimento dos sujeitos que destas comunidades fazem parte. Trataremos também, sobre o território do Recôncavo enquanto região com forte presença das comunidades tradicionais quilombolas. Além de discorrer sobre a história das comunidades Vila Guaxinim e Baixa da Linha, situadas no município de Cruz das Almas-BA, desde sua origem aos dias atuais, na perspectiva dos seus moradores, a partir da memória e oralidade.

Deste modo, esta parte se configura nas seguintes abordagens: um breve histórico sobre os Quilombos; um Quilombo chamado Recôncavo; a História da Comunidade Vila Guaxinim e a História da Comunidade Baixa da Linha.

Figura 3. Moradoras da Comunidade Vila Guaxinim, aguardando a reunião da Associação Comunitária, em Cruz das Almas – BA.



Fonte: Roger Conrado (2018).

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE OS QUILOMBOS

A formação das comunidades quilombolas no Brasil se deu por muitos motivos e em momentos históricos distintos. No Brasil colônia e império escravocrata, os quilombos representavam espaços comunitários de resistência e de luta contra o regime de escravidão, e nesse período eram também chamados de *mocambo*⁴. Atualmente as comunidades quilombolas recebem várias denominações, tais como: comunidades de remanescentes e comunidades negras rurais. Porém, não podemos afirmar que toda comunidade negra rural é uma comunidade quilombola. Para tanto, Gomes (2015, p.7) afirma que,

Hoje espalhadas por todo o Brasil, vemos surgir comunidades negras rurais (algumas já em áreas urbanas e suburbanas de grandes cidades) e remanescentes de quilombos. Elas são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração de libertos, se formaram. (...) As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania.

No entanto, essa denominação de quilombo, não era novidade no Brasil, uma vez que os povos africanos já conheciam essa palavra em algumas regiões da África, e esse modelo de vida coletiva serviu de inspiração para as comunidades quilombolas no Brasil. Os africanos foram *arrancados* de seu continente originário, e estes sujeitos conheciam a palavra *kilombo* de origem banto umbundo, formada na África Central como uma instituição sociopolítico militar (MUNANGA, 1996).

Dessa forma, esse espaço coletivo político de comunidade enfrentou no Brasil Império diversas formas de violência, mas a luta pelo território no qual os agrupamentos estavam localizados também foi cotidiana na vida dos povos negros, e a elite dominante logo procurou mecanismos de impedir que as populações africanas aqui escravizadas se organizassem, ou tivessem acesso a terra e à produção.

⁴ **Mocambos** é um termo da África Central, usado para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados (GOMES, 2015). No Brasil representavam povoados organizados por negros fugidos ou libertos como espaços de fuga e organização da resistência a escravidão.

O período de escravidão no Brasil funcionou como mecanismo de manutenção das relações de poder existentes, em que a exploração e a exclusão da população negra ocorriam em todos os aspectos, principalmente ao acesso a propriedade da terra. Em grande parte do período colonial, no Brasil, não existia propriedade privada das terras, pois as terras eram pertencentes a Coroa e eram cedidas por meio das sesmarias⁵ mediante ao aproveitamento econômico em benefício ao reino de Portugal.

Além das sesmarias, os homens e as mulheres livres e pobres da ordem escravocrata e também os donos das sesmarias praticavam a ocupação das terras por meio das posses. Os donos das sesmarias ampliavam assim as áreas que eram comandadas por eles, tratando de viabilizar depois a legalidade das mesmas. A Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, estabeleceu um prazo para legalização das terras daqueles que comprovassem titulação anterior das mesmas, isso deu margem a falsificação de documentos, a chamada “grilagem”⁶.

Segundo nos informa Alentejano, Com o advento e a institucionalização da Lei de Terras e sobre terras devolutas, sesmarias e posses, a propriedade de terra passou a ser possível apenas pela compra, o que legitimou o sistema latifundiário no país, logo, os homens negros e as mulheres negras em tais condições jamais teriam acesso às terras no Brasil (ALENTEJANO, 2013).

Para Silva e Mattei (2015, p. 288 -289),

a partir de então, vale destacar, a apropriação de terra no Brasil passava a acontecer somente por meio de compra, sem qualquer questionamento em relação à estrutura fundiária vigente. Esta lei, na verdade, foi o meio que as oligarquias agrárias do país encontraram para resolver o velho problema que deu origem à própria instituição escravidão: a abundância de terras. Como dito anteriormente, uma das principais causas da implantação do trabalho escravo no Brasil foi a profusão de terras e a possibilidade constante do trabalhador livre recusar a se submeter ao trabalho e partir para a produção de subsistência. Nessas condições, o trabalho livre só poderia ser realizado por meio do oferecimento de elevados salários, que compensassem a alternativa de se tornar um produtor autônomo. É nesse sentido que a Lei de Terras de 1850, ao impedir o acesso à terra que não fosse pelo mecanismo da compra, ao mesmo tempo em que legitima a uma estrutura fundiária pré-existente, agiu como forma de negar o acesso à terra

⁵ **Sesmarias** constituiu-se no principal meio de promoção da colonização e do aproveitamento dos vastos territórios do além mar que a expansão ultramarina colocou sob domínio da Coroa lusitana. A transposição para terras brasileiras deu-se em face do desejo da Coroa portuguesa de promover o povoamento e o aproveitamento por particulares, de um lado, e, de outro, da ausência de um meio legal alternativo para viabilizar aqueles intentos (NOZOE, 2006).

⁶ A “denominação ‘grilagem’ vem da prática recorrente à época de colocar papéis novos em gavetas com grilos para que as secreções desses animais amarelecem o papel, dando aos documentos a aparência de antigos” (ALENTEJANO, 2013).

ao trabalhador livre, impedindo-o de se tornar um produtor direto. Ao transformar a terra em mercadoria, e estando boa parte dela sobre o domínio do Estado, restringiu-se o acesso via preços de mercado. Impedia-se, desta forma, a possibilidade de reprodução, via subsistência, não somente do homem livre de então, como também dos futuros ex-escravos e das massas de imigrantes que aportavam ao território nacional.

Assim sendo, a promulgação da Lei de Terras de 1850, teve influência na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, além das leis paliativas que adiavam o fim da escravidão e o incentivo à imigração que garantiu o aumento significativo da força de trabalho. É verdade que a Lei de Terra não resolveu o grande problema das elites brasileiras, à falta de mão de obra, mas contribuiu para que os negros livres não tivessem acesso à terra e, conseqüentemente, tivessem que continuar a trabalhar nas lavouras.

O processo da abolição no Brasil se deu ao longo de mais de um século, e o mesmo foi decorrente de conflitos entre os proprietários e os diversos atores a favor da extinção da escravidão, entre conservadores e progressistas, entre monarquistas e republicanos, e o principal deles, a própria população escravizada, que sempre assumiram postura de resistência à ordem escravagista, o que demonstrava que a cada ano a situação do trabalho escravo no Brasil estava insustentável, sobretudo economicamente e politicamente. Conforme Menezes (2009, p. 95),

o ano de 1888 começa com uma grande expectativa em torno do tema. A princesa Regente, no bojo de uma crise, substituiu o Gabinete do Barão de Cotegipe, chamando a João Alfredo, também conservador, para substituí-lo. Segundo Evaristo de Moraes, haveria um acordo de João Alfredo e Antônio Prado para a extinção da escravidão. Antônio Prado é chamado para ser o Ministro da Agricultura e a ele é solicitado que apresente um projeto para a Abolição. Também do lado liberal, havia expectativa forte para aquele ano, com a discussão do projeto Dantas acima referido e com a presença de Nabuco, reeleito, no Parlamento.

O processo de exclusão da população negra após a Abolição não foi diferente do que era no processo de escravidão, tendo em vista que esses sujeitos antes escravizados e agora “livres” continuavam sem direitos, sem direitos a terra, a propriedade, e, conseqüentemente, com dificuldade de sobrevivência. Prova dessa ausência do Estado na vida desses sujeitos, antes escravos agora homens negros “livres”, era a ausência do termo quilombo na legislação brasileira, como também a invisibilidade e a falta de políticas públicas de inclusão no Estado como sujeitos de direitos.

Após a abolição, o termo quilombo desaparece da legislação brasileira, um silêncio que, se de um lado, era revelador da postura conservadora de um Estado que queria silenciar as distinções raciais e esquecer o passado escravocrata, de outro, deixou uma enorme quantidade de negras e negros trabalhadores e trabalhadoras do campo a mercê da própria sorte. Dessa forma, negras e negros trabalhadores, passaram grande parte da República recente de nossa história, invisibilizados e sem acesso a terra, porém, em processos intensos de lutas por justiça, reconhecimento e desenvolvimento (SANTOS, 2017).

Nas propostas da reforma de base do presidente João Goulart em 1964, a reforma agrária representava um desejo dos movimentos sociais e dos povos quilombolas pelo direito a terra, porém mesmo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), após o golpe, no governo Castelo Branco (1964-1967), a repressão promoveu cassações de mandatos e prisões, acarretando desmobilização no campo, com o fechamento das Ligas Camponesas e intervenções em sindicatos rurais, sufocando assim duramente os movimentos e, conseqüentemente, as possibilidades de garantia dos direitos e das terras desses povos.

Todavia, a população negra reivindicava primeiramente inclusão na sociedade, e ao longo do século XX, essas demandas foram se formando, e as lutas desses movimentos organizaram a expansão dos direitos democráticos, políticos e sociais, que culminaram com a Constituição Federal Cidadã de 1988.

O termo quilombo retorna ao cenário brasileiro, na Constituição de 1988, conforme o Art. 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que versa: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Com o estabelecimento do Estado Democrático brasileiro, os remanescentes quilombolas foram reconhecidos, constitucionalmente, enquanto sujeitos de direitos. Tal reconhecimento formal se deu em um panorama político positivo e, também, em função das importantes lutas do Movimento Negro. Foram-lhes assegurados o domínio e títulos das terras ocupadas, respeitando às tradições culturais, além de políticas sociais que proporcionassem a formação de tais sujeitos, como direito à saúde, educação, habitação, entre outros. Essas políticas foram criadas,

especialmente, nos anos 2000 e, apesar de recentes, apresentam alguns progressos na luta quilombola.

Em 12 de março de 2004, foi lançado no Governo Lula, o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que visava agrupar as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso a Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e Direitos e Cidadania. Segundo dados do Programa⁷, em 2004, o país possuía 2.197 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro, 2.040 comunidades certificadas, sendo 63% delas no Nordeste, 1.229 processos abertos para titulação de terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 207 comunidades tituladas com área total de 995,1 mil hectares, beneficiando 12.906 famílias. Estes dados mostram que a política pública para população quilombola é mais do que necessária e revela também a abrangência do programa e as características de um país essencialmente constituído de homens negros e mulheres negras.

Já em 2019, o INCRA divulgou as atualizações dos dados referentes a abertura dos processos para titulação de terras quilombolas sendo um total 1.749, incluindo as comunidades por este trabalho estudadas, Baixa da Linha solicitada em 2011 e Vila Guaxinim solicitada em 2014.

Contudo, por ser um programa de carácter transversal, descentralizado e democrático, foi criada por meio do Decreto 6.261/2007, a Agenda Social Quilombola (ASQ) cujo objetivo era organizar as políticas, a partir de quatro eixos de ação pelos gestores públicos: regularização fundiária; infraestrutura e serviços; desenvolvimento econômico e social, e por fim, participação social, direitos e cidadania, institucionalizando assim o PBQ.

Com o advento das políticas públicas estabelecidas como: o Programa de Assistência Técnica e Inclusão Rural (ATER), que visa à oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural, a famílias em vulnerabilidade social, como as comunidades quilombolas; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que encontra-se inserido no PBQ, no qual busca promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial (BRASIL, 2013); e o

7 SEPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPIR. Brasília. 2013.

Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), criado em março de 2012, onde o Ministério da Educação estabelece apoio financeiro e técnico para ações voltadas à formação de professores, a estrutura física das escolas, ao transporte escolar para atender as escolas quilombolas (BRASIL, 2013).

As políticas públicas são instrumentos do Estado que buscam reduzir as tensões sociais, estabelecendo institucionalmente um padrão social organizado de modo a manter a estabilidade governamental. Para Souza (2006, p. 26), política pública pode-se resumir em um:

(...) campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Apesar do envolvimento coletivo de diversos atores na elaboração das políticas públicas sua materialização se dá por meio dos governos através de programas e ações de efetivação de tais políticas. Representam um dos elementos mediadores entre o poder público e a sociedade civil. Para Teixeira (2002, p. 2),

(...) são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do “Estado”. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade as ações desenvolvidas

Na perspectiva das políticas públicas para população quilombola a concretização do PBQ significou uma conquista para as comunidades quilombolas, porém foi necessária a organização comunitária por meio das associações para acessarem tais programas.

Esses programas possibilitaram às comunidades quilombolas garantirem a inclusão sócio produtiva, o fortalecimento da produção agroecológica, o desenvolvimento da comercialização e beneficiamento dos produtos oriundos das comunidades de remanescentes, logo, essas comunidades viviam um bom momento político de garantia de direitos e a motivação da ideia de coletivo e não de indivíduo,

a fim de ganhar funções políticas, por meio da agricultura camponesa quilombola emancipou tal população, antes marginalizada. Nesse sentido, o conceito “remanescentes de quilombos” obteve destaque e os programas PAA e ATER que não são específicos para as comunidades quilombolas, mas que contribuíram por conta das características dos trabalhadores nas comunidades, fortaleceram esses povos enquanto sujeitos políticos.

Para tanto, esse breve histórico traçado até aqui sobre as comunidades quilombolas no Brasil, contribui para compreender a realidade das comunidades investigadas neste relatório: Vila Guaxinim e Baixa da Linha, ambas localizadas no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia.

UM QUILOMBO CHAMADO RECÔNCAVO

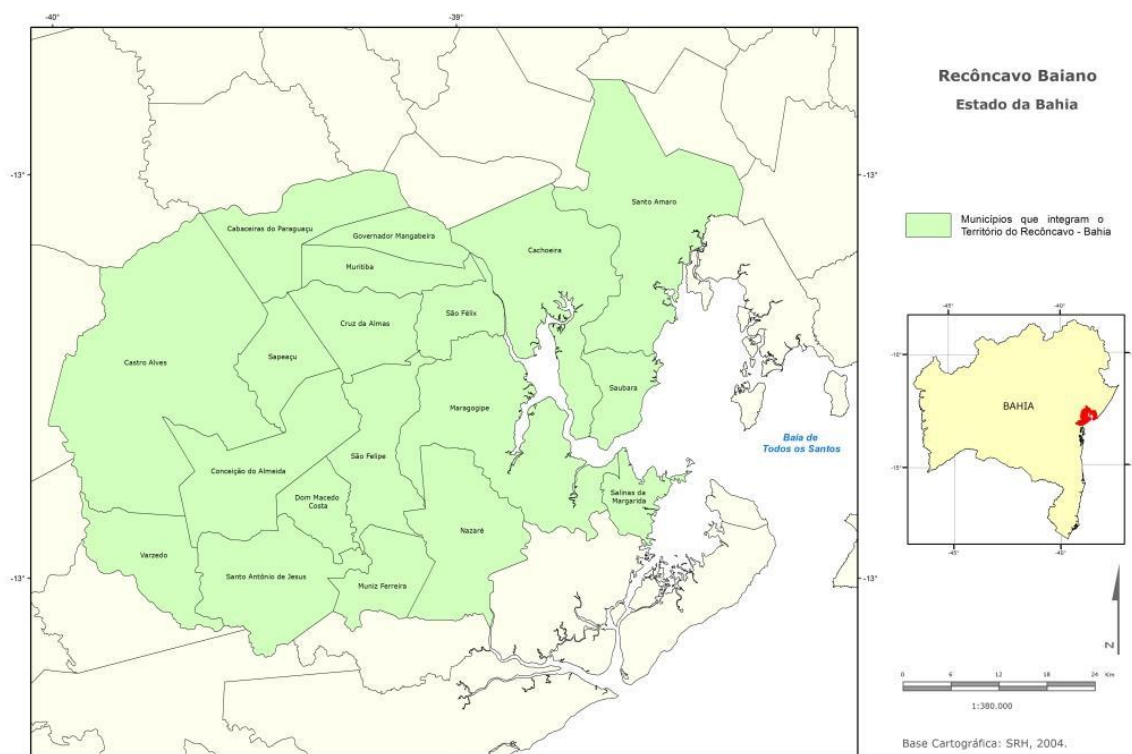
Antes de apresentar a história das comunidades quilombolas que são os objetos dessa pesquisa, precisamos compreender o território de identidade em que essas comunidades estão inseridas, suas particularidades e como suas características podem nos ajudar a desvendar os caminhos que nos levam até as comunidades de Vila Guaxinim e Baixa da Linha.

Esta terra chamada Recôncavo Baiano, reconhecida histórica e geograficamente pelo solo massapê e pela rica emergência do complexo canavieiro e grande produção fumageira, sofreu uma devastadora ação de desmatamento e de extermínio da população indígena, se tornando um dos principais destinos da diáspora africana, por receber homens e mulheres do continente africano para exploração da mão-de-obra. Estes povos que foram escravizados produziram e produzem muitas riquezas culturais neste território, mas o Recôncavo também foi palco de grandes rebeliões dos quilombos e resistência do povo negro ao esquecimento promovido pelo Estado Brasileiro.

Abaixo, podemos visualizar o Mapa do Território de Identidade (TI) do Recôncavo da Bahia (2013) produzido pela Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia (SEI) (Figura 4). Atualmente a região é composta por 20 municípios, sendo eles: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo

Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Figura 4. O Território de Identidade do Recôncavo e sua composição dos municípios e sua localização no Brasil (2015).



Fonte: Elaborado por NEDET (2017) citado por PTDRSS (2017).

O Recôncavo Baiano desde o início da colonização apresentou variantes que devem ser recordadas a fim de considerar as possibilidades de identidade territorial nessa região. Como nos aponta Santana (2015), em 1706, ocorreram denúncias sobre a existência de quilombos no Território. Em 1713, nas proximidades de Maragogipe e Muritiba, surgiram vestígios da presença de núcleos quilombolas. Em 1714, na cidade de Cachoeira, ocorrem denúncias de vários mocambos na região. Já em 1734 ocorrem denúncias de mocambos consentidos por Senhores em Nazaré, como também em Santo Amaro. Em todas essas situações, o Estado Brasileiro investiu por meio de repressão dos movimentos de resistência a escravidão, contra essas comunidades quilombolas, impedindo o desenvolvimento e a organização das mesmas.

Depois de diversas insurreições envolvendo comunidades quilombolas no Recôncavo Baiano, o Estado Brasileiro elaborou um plano para policiar o território. É

nesse período, em fins do século XIX, no ano de 1897, que o município de Cruz das Almas se emancipa do distrito de Outeiro Redondo, em São Felix.

No Recôncavo Baiano, especificamente no município de Cruz das Almas, existem duas comunidades quilombolas, a Vila Guaxinim e a Baixa da Linha, que foram reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares como comunidades quilombolas. A primeira a ser certificada foi a Baixa da Linha, em 04 de novembro de 2010, e posteriormente, a Vila Guaxinim em 18 de abril de 2013, sendo esta uma importante conquista para os povos e comunidades tradicionais da região. Neste processo, existem indícios que são comunidades que possuem mais de 100 anos nestas localidades, porém, atualmente essas comunidades vivem um processo de busca pela titulação das terras e ao mesmo tempo um intenso debate com a UFRB, antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (AGRUFBA)⁸ sobre o território.

A UFRB, sendo a segunda universidade federal no estado da Bahia, teve em seu processo de concepção e instalação importantes elementos que devem ser considerados:

1. As **audiências públicas**, realizadas nas cidades do território do Recôncavo e do Vale do Jequiçá: Amargosa, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Mutuípe, Nazaré das Farinhas, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Terra Nova e Valença.

2. **A mobilização política** em 2005, em que o então Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Naomar Monteiro de Almeida Filho, o então Diretor da Escola de Agronomia da UFBA, Paulo Gabriel Soledade Nacif e na ocasião o atual Prefeito de Cruz das Almas, Orlando Peixoto Pereira Filho recepcionaram 30 Prefeitos da região do Recôncavo e vizinhança para discussão e definição de ações visando a consolidação da Conquista da UFRB.

3. E o ato de **sancionar a Lei nº 11.151** que criou a UFRB em julho de 2005 pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

⁸ Em 01 de novembro de 1859, o imperador Dom Pedro I criou o Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA) no município de São Francisco do Conde. Em seguida, em 15 de fevereiro de 1877, foi implantada a Imperial Escola Agrícola da Bahia (IEAB) ligada ao IIBA, sendo essa a antecedente da sede da UFRB em Cruz das Almas. Já em 1905, a IEAB passa a ser o Instituto Agrícola da Bahia, sendo administrada pelo Governo do Estado da Bahia, incluindo a Escola Média Teórica e Prática de Agricultura em 1911 e oferecendo curso superior novamente em 1920. No ano de 1931, a Escola Agrícola da Bahia é deslocada para a Capital e em 1943 é novamente levada para o município de Cruz das Almas denominada como Escola Agrônômica da Bahia, passando a fazer parte da UFBA, passando a ser chamada de AGRUFBA, no ano de 1968 (UFRB,[200?]).

Assim, com a instalação da UFRB a partir do patrimônio da AGRUFBA, ocorreram várias mudanças no território. Dentre essas mudanças, pode-se destacar a necessidade de delimitação das terras da universidade, para identificação das áreas federais onde seriam instaladas as novas estruturas de ensino, pesquisa e extensão da universidade e conseqüentemente a regularização das terras das comunidades Baixa da Linha e Vila Guaxinim.

Isso posto, os caminhos de reconhecimento das comunidades quilombolas, mostra que ao longo do tempo tiveram avanços e retrocessos no Brasil, e que a luta em busca de uma comunidade quilombola com seus direitos assegurados, de um Campo mais produtivo, mais inclusivo, igualitário e livre, continua.

Nos dias que correm, observamos tempos de instabilidade democrática e de tendências de retrocessos nas garantias históricas para os povos quilombolas e os movimentos sociais do campo em geral. No Governo do Presidente Michel Temer (2016-2018), foi aprovada a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do teto de gastos que congela por 20 anos os gastos públicos e que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, estabelecendo em seu Art. 107 Limites individualizados das despesas primárias, para cada exercício (BRASIL, 2016). Dessa forma, os órgãos públicos foram atingidos, inclusive o INCRA, enfraquecendo assim esta importante instituição para a regularização de terras no Brasil.

Em curso, o governo do Presidente Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, foi adotada a medida provisória 870, convertida na Lei 13.844/2019, que em seu Art. 21º do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), determina em seu § 2º *a competência de que trata o inciso XIV do **caput** deste artigo compreende a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos* (BRASIL, 2019). Assim sendo, houve uma fragmentação na política de regularização dos territórios quilombolas e indígenas, enfraquecendo assim, ainda mais, as instituições que trabalham com esse segmento, além de transferir a demarcação de terras indígenas e quilombolas para o Ministério da Agricultura, resultado da aliança do atual presidente com setores ruralistas no Congresso.

O município de Cruz das Almas está implantado no planalto, abrangendo uma área territorial de 139,117 km², com uma população estimada de 63.239 habitantes

(IBGE, 2019) e densidade demográfica de 402,12 habitantes/km² (IBGE, 2010). A altitude é de 200m acima do nível do mar, clima Aw a Am, tropical quente e úmido, segundo a classificação de Köppen. A pluviosidade média anual é de 1224 mm, com maior incidência de chuvas no período compreendido entre março e junho, inclusive. A umidade relativa do ar é de aproximadamente 80 % e a temperatura média anual é de 24,5°C (SANTANA, 2015).

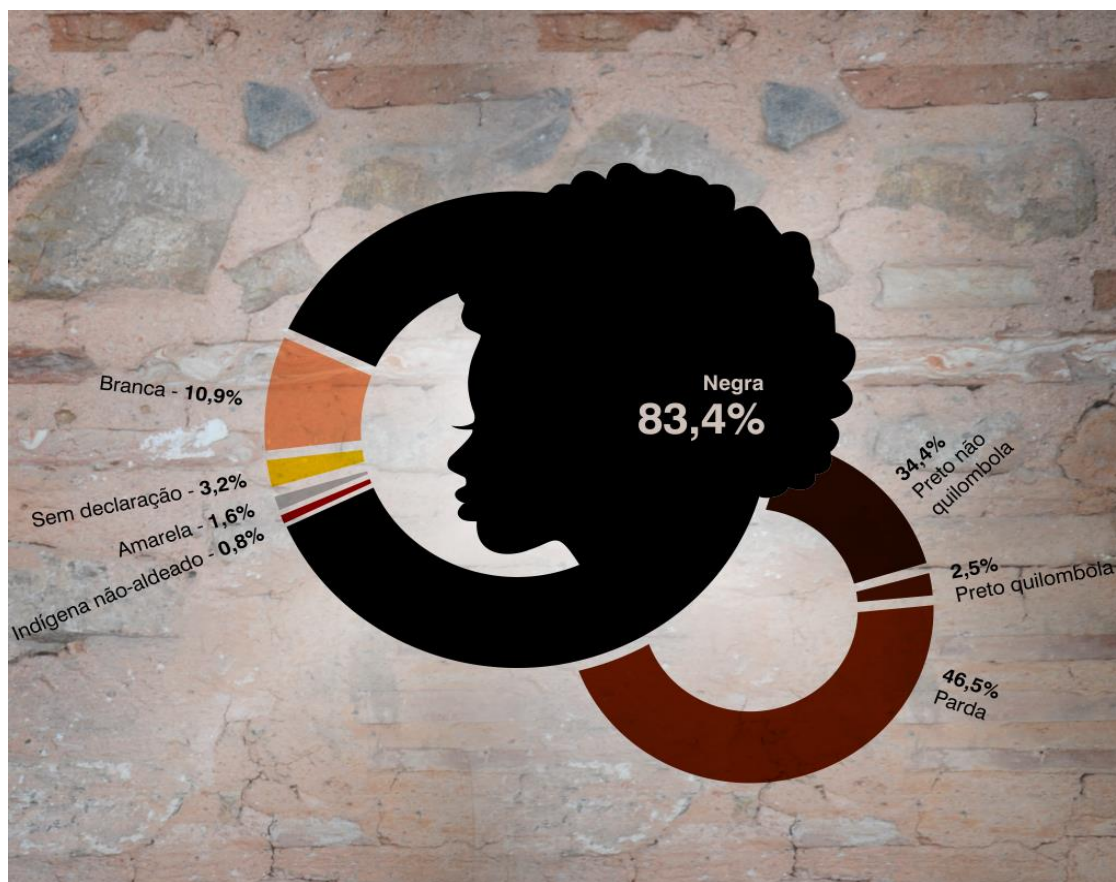
É nesse contexto, território e cidade que identificamos nosso objeto de pesquisa: as Comunidades Quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha. Apesar de existirem outras comunidades que possuem vestígios históricos que sinalizam a possibilidade de serem comunidades de remanescentes de quilombos, essas duas são as únicas reconhecidas quilombolas no município de Cruz das Almas-BA. São comunidades que apesar de hoje serem reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares (ANEXO D e E), vivem intensos processos de conflitos internos e externos, lutam pela titulação das terras, e constroem a organização comunitária na busca pelo desenvolvimento e fortalecimento da identidade e do território.

Das comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, e que estão nos territórios do Recôncavo, temos aproximadamente 43 comunidades quilombolas, localizadas nos seguintes municípios: Cachoeira (16), Maragogipe (12), Santo Amaro (3), Cruz das Almas (2), Muritiba (1), São Felix (9) e Salinas da Margarida (1).

A UFRB, que é fruto das lutas dos povos deste território, nasce com o desafio de ser uma universidade inclusiva com a possibilidade concreta de acesso e pertencimento. E ao longo dos anos, foi possível identificar que com o fortalecimento das políticas afirmativas, a relação entre os povos do território e a universidade se consolidou, possibilitando o acesso, a permanência e a produção de conhecimento científico dentro das comunidades.

Nas comunidades onde realizamos essa pesquisa, foi possível identificar a partir dos diálogos e roda de conversas com moradores e lideranças, o acesso de quilombolas a UFRB enquanto estudantes. Esses relatos são comprovados em estudo pela UFRB, no qual 83,4% dos seus estudantes são autodeclarados negros, e destes 2,5% são quilombolas, como aponta o gráfico abaixo. Isto mostra que a UFRB vem se destacando no fortalecimento das políticas afirmativas.

Figura 5. Raça/cor/etnia dos estudantes da UFRB (2017).



Fonte: UFRB (2017).

As políticas afirmativas, sem dúvidas representam uma das pautas de lutas dessas comunidades, pois, possibilitar a assistência estudantil aos estudantes oriundos de comunidades negras tradicionais significa assegurar a representação proporcional nos espaços de ensino público e conseqüentemente de produção do conhecimento. Essa ação afirmativa constitui-se em mecanismo de equidade e de combate as desigualdades sociais e raciais.

Embora a UFRB venha se destacando como uma universidade inclusiva, a efetivação das políticas afirmativas no Brasil ainda representa um grande desafio. Nas palavras de Rocha (2019, p.15),

A partir desse lugar que é a universidade do século XXI e dos interesses com as questões afirmativas, urge um debruçar responsável e engajado sobre as estratégias institucionais desenvolvidas para a efetivação da permanência universitária de estudantes originários das classes populares, das escolas públicas e negros/as, pois, não basta somente acessar o ensino superior, é necessário um conjunto de ações para a concretização da estadia universitária das populações historicamente alijadas dos benefícios gerados pela continuidade dos estudos.

É justamente esse conjunto de ações que as comunidades apresentam, como demandas ainda por demais necessárias para a permanência universitária dos estudantes quilombolas e para correção histórica das desigualdades. Porém, deve ser destacado que o acesso de quilombolas a universidade, representa uma conquista não só para o sujeito, mas para a própria comunidade.

Estes também são sinais de fortalecimento, ao considerar que esse espaço de produção do conhecimento que antes não era “permitido”, pode colaborar para a consolidação da luta por terra, e por afirmação de sua identidade quilombola, na perspectiva de sua formação através de uma proposta de currículo que esteja diretamente relacionado à vida do sujeito quilombola e de sua realidade com a terra.

Neste sentido para Rocha (2019, p. 81),

Nesse veio, problematizar currículo e ações afirmativas está estritamente ligado ao reconhecimento da diversidade e pluralidade. Se o currículo se dá na disputa de poder, do que é reconhecido pelo seu valor formativo, e ao mesmo tempo, no não reconhecimento de outras formas de conhecer, este artefato diz muito do não reconhecimento das identidades, como são os casos negros, indígenas, de gênero, sexual, religiosas e políticas.

Logo, o debate sobre currículo está diretamente associado às políticas afirmativas e precisa está conectado com a identidade cultural dos sujeitos quilombolas. Nesse sentido, a Educação do Campo deve estar como parte essencial desse currículo que tenha como objetivo a formação crítica dos sujeitos e comprometida com as políticas de desenvolvimento das comunidades e que possibilite a melhoria da qualidade de vida.

Isto posto, ao considerarmos este território de identidade cultural do Recôncavo Baiano, e suas características, além de observar a existência da UFRB e o vínculo das comunidades com esta universidade, conheceremos a História dessas comunidades, através dos olhares dos sujeitos que delas fazem parte por meio da estratégia metodológica da Linha do Tempo.

A HISTÓRIA DA COMUNIDADE VILA GUAXINIM

Para compreendermos a História da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim é fundamental escutar os sujeitos que nela vivem, para tanto, realizamos a Oficina 1: *“História da comunidade e Identidade quilombola”* com a reconstrução da Linha do

Tempo, que buscou traçar os principais eventos históricos da comunidade desde seus primórdios até os dias atuais.

A Oficina Temática foi realizada na sede da Associação Comunitária da Vila Guaxinim, com uma breve apresentação da proposta da construção da Linha do Tempo, sobre os eixos: Povos Tradicionais; Diversidade; e Pertencimento; constituindo o tema. Logo em seguida, propusemos uma breve apresentação, ressaltando que houve um diálogo prévio com a comunidade, através de alguns moradores, para identificar os fatos históricos que pudessem orientar a construção da primeira oficina.

As categorias teóricas que são fundantes para compreender a história, o modo de vida e de organização das comunidades foram utilizadas através de uma “nuvem de palavras”. A dinâmica permitiu que cada morador motivado por uma das palavras recordasse aspectos históricos e coletivos da comunidade, ilustrando assim, a história da mesma e cada palavra era um fato histórico considerado na linha do tempo.

Para mais, buscamos problematizar o uso da Linha do Tempo, como recurso pedagógico que fomentasse a relação entre as histórias de vida dos sujeitos e a história da comunidade. A participação dos moradores na oficina se deu em sua maioria pela presença das mulheres que inspiradas pelas categorias ilustradas na nuvem de palavras, construíram a Linha do Tempo.

Na apresentação, os moradores destacaram elementos importantes sobre a comunidade, elementos estes que reforçam a identidade dos povos quilombolas. O percurso histórico da comunidade, refletido nas manifestações dos participantes das oficinas é formado por resistências, conflitos, identidade cultural, conquistas e lutas. Essas experiências históricas são ilustradas na Linha do Tempo, a partir das memórias de seus moradores mais antigos, e os momentos de lutas e resistências são elucidados a partir de marcos históricos construídos pelos próprios sujeitos participantes da oficina. Com foco nas lutas pelo direito a terra, no modo de vida, na organização social, cultural e política quilombola a trajetória dessa comunidade é apresentada por meio da discussão sobre territorialidade no contexto dos encontros e conquistas.

Após as manifestações, foi apresentado o resultado da Linha do Tempo (Figura 6) produzido pela comunidade, com os aspectos por eles selecionados e os fatos históricos considerados como relevantes para traçarmos essa história.

Figura 6. Realização da Oficina “Linha do Tempo”, na comunidade quilombola Vila Guaxinim, em 2020.



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

A partir dos resultados obtidos com a Oficina, elencamos na ordem cronológica os principais fatos e acontecimentos da Comunidade Vila Guaxinim.

Há aproximadamente 100 anos atrás, de acordo com relato dos moradores os primeiros habitantes começaram a viver nesse território, homens e mulheres refugiados do sistema escravista - e a presença de vestígios históricos como objetos das populações escravizadas ou refugiadas nos quilombos, a presença de urnas funerárias de povos negros e indígenas reforçam essa teoria - habitaram nas proximidades das antigas fazendas que na década de 1940, mais precisamente em 1943, foram desapropriadas pelo Governo Federal para receber a instalação do que viria ser, a Escola Agrícola da Bahia que mais tarde em 1968, se tornaria a AGRUFBA. Com a chegada da Instituição, muitos trabalhadores das antigas fazendas passaram a trabalhar na Escola Agrícola, permanecendo como moradores daquele território, reivindicando suas terras.

Entre esses moradores estava Luiz Guaxinim, que trabalhava segundo os relatos, carregando lenha para a Escola Agrícola. Junto com outros trabalhadores, Luiz e Dona Augusta Guaxinim foram uma das primeiras famílias a se firmarem na

localidade, tal agrupamento de casas ficou conhecido como “Vila dos Trabalhadores”, e posteriormente, como “Vila Guaxinim”. A denominação “Vila Guaxinim”, veio dos moradores, que utilizaram o critério de recorrer às pessoas mais velhas da comunidade. Assim, ao realizar o estudo antropológico para o reconhecimento enquanto comunidade quilombola chegaram até a família de Luiz Santana, apelidado de Luiz Guaxinim. Desta forma, a comunidade consolidou a denominação de Comunidade de Remanescentes Quilombolas Vila Guaxinim.

Logo abaixo, temos a foto de Dona Augusta, viúva de Luiz Guaxinim, que hoje está com 87 anos e recorda dos seus primeiros dias na comunidade e do início do processo de reconhecimento da mesma enquanto quilombola.

Figura 7. Dona Augusta, esposa de Luiz “Guaxinim”, matriarca da Comunidade Quilombola da Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA.



Fonte: Roger Conrado (2018).

Após 20 anos se passarem, desde a chegada da Escola de Agronomia, os moradores foram começando a construção das primeiras casas de alvenaria e a melhoria nas condições de moradia para alguns habitantes da comunidade da Vila Guaxinim significou o início do desenvolvimento da comunidade para o conjunto de seus moradores. Já em 2005 quando a antiga AGRUFBA dá lugar a UFRB, uma

nova dinâmica se coloca e acentua os debates e enfrentamentos pela garantia de terras destas comunidades.

No ano de 2011, inicia-se o estudo antropológico da Vila Guaxinim, tendo a colaboração do professor Carlos Eduardo Santana da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e em 2013 a comunidade conquista o reconhecimento e a certificação da Fundação Cultural Palmares enquanto Comunidade Quilombola, possibilitando assim, um fortalecimento na luta pela terra e na garantia de direitos para os povos tradicionais. No mesmo ano, a comunidade inicia o processo de organização da Associação comunitária, a fim de estabelecer um instrumento de luta para os enfrentamentos que serão melhores abordados na terceira parte deste relatório.

Em 2014, houve uma intensificação dos conflitos com a universidade com os avanços de pesquisas do Núcleo de Engenharia de Água e Solo (NEAS), nas áreas quilombolas e a comunidade resiste iniciando nesse mesmo ano a construção da sede da Associação Comunitária de forma coletiva e com um protagonismo das mulheres.

No local onde a associação está sendo construída, era um espaço que a Universidade reivindicava como território pertencente à instituição. Porém, a comunidade identificava como parte do território quilombola, e apesar da cerca instalada por projetos de pesquisa, a comunidade iniciou a construção, como um ato de reexistência. Os depoimentos coletivos da comunidade através da oficina revelam que sete mulheres quilombolas foram protagonistas do início da construção, e resistiram às pressões externas.

A construção da associação representou para essas mulheres espaço concreto de resistência coletiva, pois, elas participaram ativamente da obra. O protagonismo e a participação destas mulheres são marcadas também por dificuldades e preconceitos, mas a luta histórica pela garantia de dignidade e resistência contra a exclusão social e racial que são pautas constantes nas suas trajetórias.

A Associação Comunitária é o espaço utilizado, sobretudo, pelas mulheres da comunidade, através de rodas de conversas, oficinas, formações e atividades de lazer. Nos espaços de poder da sociedade, as mulheres historicamente são impedidas de participar, seja nos espaços institucionais ou até mesmo nos espaços dos movimentos sociais. Na comunidade Vila Guaxinim percebemos um

protagonismo das mulheres na direção da Associação comunitária e na construção do dia a dia das lutas coletivas.

As mulheres são maioria na comunidade. Nas palavras de uma liderança, “colocam a cara!”, ocupam, portanto, os principais espaços de liderança da associação. Algumas mulheres argumentam que muitos homens participam, indiretamente e de forma pontual, entretanto, outras, chegaram a argumentar que é a falta de interesse mesmo.

Além do protagonismo identificado na direção da associação e na construção da sede, é notório o compromisso das mulheres da comunidade Vila Guaxinim por meio da relação com a agricultura, pois são muitas as mulheres que na comunidade desenvolvem o plantio e o trato com animais para comercialização, se destacando assim também na geração de renda das famílias quilombolas.

Na Figura 8, temos as mulheres quilombolas da comunidade Vila Guaxinim caminhando em direção à sede da Associação Comunitária.

Figura 8. Protagonismo das Mulheres na diretoria da Associação Comunitária Quilombola da Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA.



Fonte: Roger Conrado (2018).

Por fim, em 2019, com a demarcação das terras das comunidades e assim, a delimitação entre as terras pertencentes à Universidade e as comunidades, coloca-se o ponto final em anos de conflitos e debate acerca desse território. Com o avanço das conquistas na comunidade, as lideranças passam a compor uma rede no Território do Recôncavo na busca pelo fortalecimento das demais comunidades do território quilombola.

Essa rede estabelece estratégias coletivas para a garantia das políticas públicas que possam potencializar o desenvolvimento do território e consequentemente das comunidades quilombolas. Esse processo concentra os esforços da comunidade nas pautas relacionadas à necessidade de investimentos por parte do poder público municipal e estadual nas áreas de infraestrutura e saneamento. Se por um lado, em nível do Território do Recôncavo, as comunidades se organizaram em rede por meio da Câmara Temática dos Povos Quilombolas, a nível local é por meio das Associações Comunitárias que cada uma das comunidades se fortalece em busca de tais políticas.

Outras características que não estão diretamente expostas na Linha do Tempo, mas que foram socializadas pelos presentes na oficina, e que também reforça a importância da organização comunitária para garantir as mudanças necessárias a fim de possibilitar qualidade de vida, são: religião, moradia, agricultura e educação.

No que diz respeito à religião presente na comunidade Vila Guaxinim, segundo os relatos dos moradores na oficina, entre os primeiros moradores havia uma predominância da religião de Matriz Africana e católicos e uma evidência é a presença das festas populares e de características sincréticas, como de São Cosme e Damião, São Roque, de Reis, entre outras. Além de que nos últimos anos é visível a presença das Igrejas Neopentecostais e uma grande presença dos moradores nestas congregações. Em geral, percebe-se que as comunidades estão se abrindo para a chegada cada vez maior desses grupos religiosos, o que pode ocasionar na perda da identidade cultural quilombola destas comunidades, pois, ela apresenta um certo grau de intolerância em relação às culturas de matriz africana em suas várias expressões, principalmente aquelas que remetem mais diretamente a elementos estéticos das religiões afro-brasileiras, como a música, a dança e o vestuário.

Segundo uma Liderança da Comunidade Vila Guaxinim, ainda sobre isso, argumenta da necessidade de fortalecimento do grupo de samba da comunidade,

que esteja para além da religião. E também chama a atenção para a valorização das religiões de matrizes africanas, dado que foram importantes para a certificação de muitas comunidades quilombolas. Isto é, a importância da religião como elemento de resistência da cultura das populações negras.

Outro aspecto considerado pelos moradores na oficina é a relação com a terra. Ao contrário da comunidade Baixa da Linha, a Vila Guaxinim não é formada em sua maioria por trabalhadores do campo, muitos de seus moradores são ex servidores da AGRUFBA, hoje UFRB. Além de trabalhadores da construção civil, servidores públicos e trabalhadores do comércio ou indústria local.

A Relação com a agricultura, segundo os moradores, se dava por meio da organização de hortas, plantação de amendoim, mandioca e produção da farinha, sendo esta, a principal fonte de renda das famílias. Em relação ao plantio da mandioca, os moradores começaram a construir as casas de farinha, sendo a casa mais antiga de produção de farinha a de Sr. Raimundo, porém, com o tempo, essa casa já não existe mais. Com a presença da Universidade e de alguns pesquisadores, cada vez mais próximos das terras das comunidades, começaram as proibições aos plantios e a instalação das cercas. Com a intensificação das proibições os moradores foram em sua maioria abandonando a agricultura e a relação com a terra foi enfraquecendo. Mas não é só isso, o quantitativo de terra ocupada é pequeno (minifúndios), insuficiente para manutenção das famílias, e muitos dos que ficaram na terra, são ou eram servidores da Escola Agrícola, da AGRUFBA e hoje como UFRB.

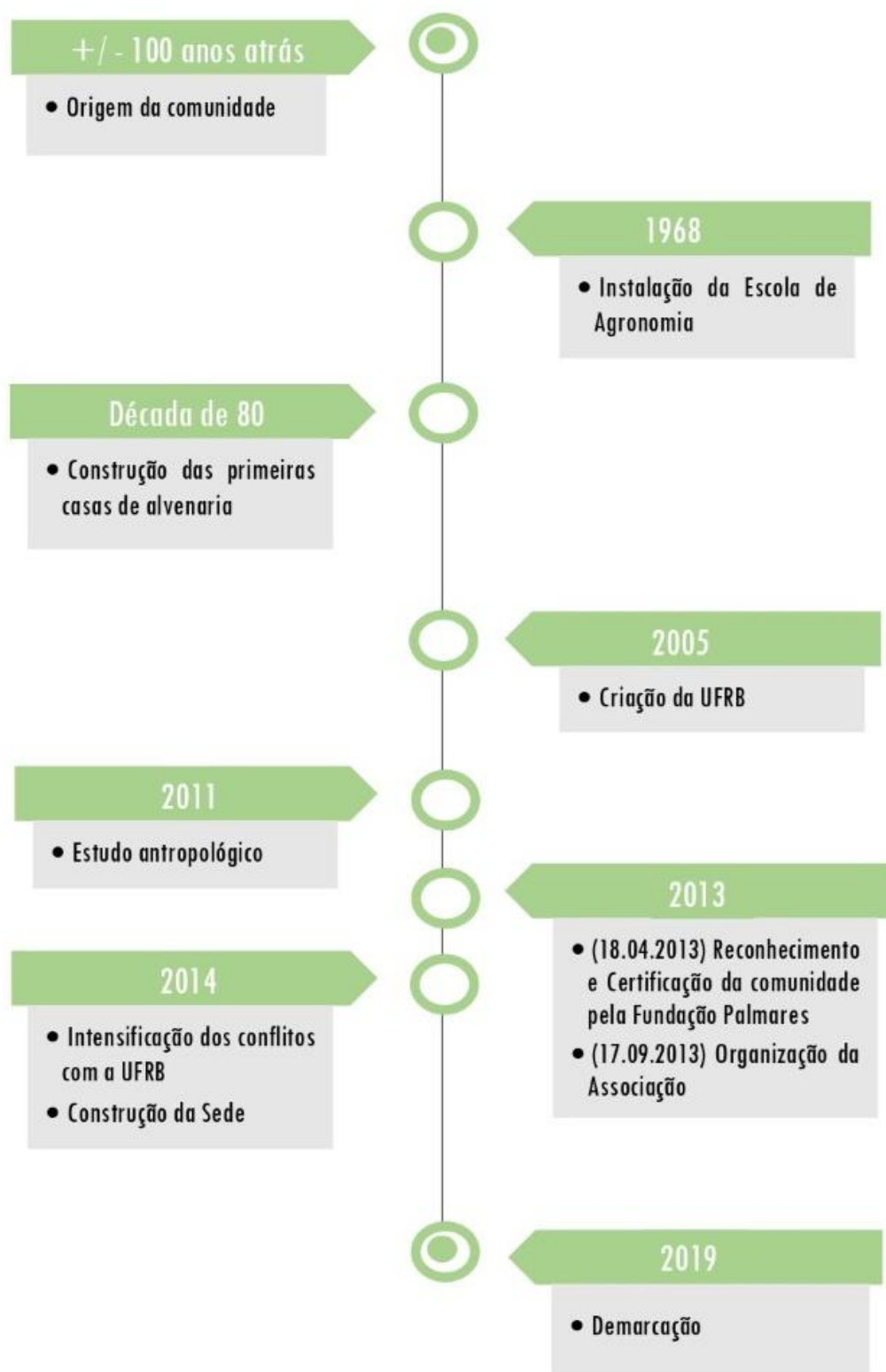
Contudo, alguns moradores resistiram com a agricultura, e fizeram o enfrentamento com a universidade. Segundo os moradores, no passado, a comunidade vivia da terra, hoje, avaliam que não é mais a maioria. Destacam que a juventude, por exemplo, já busca outras estratégias. Além disso, os conflitos com a Universidade, e as tentativas de impedir a comunidade de plantar foram cruciais para esse distanciamento da produção agrícola. Porém, atualmente, existe uma reaproximação da comunidade com o trabalho no Campo, muitas mulheres estão produzindo em seus quintais, o plantio para subsistência, a criação de aves para produção de alimentos, em especial carne e ovos e iniciando a comercialização nos espaços de feira livre da cidade.

No que diz respeito à Educação, os quilombolas relataram que inicialmente, quando se tinha a AGRUFBA, não havia uma proximidade e, portanto, para eles

naquele momento inicial a Universidade não era o “*mundo deles*”. Muitos sonhavam em acessar o ensino superior, porém havia uma distância entre a universidade e a comunidade, dado que o vestibular e até mesmo a matrícula era feita em Salvador, uma realidade totalmente distante da comunidade. Porém, a partir de 2005 com a criação UFRB, o acesso e a permanência de estudantes negros e quilombolas da comunidade Vila Guaxinim se tornou uma realidade. A Liderança da comunidade chama a atenção para a própria trajetória dela, a primeira moradora da comunidade Vila Guaxinim a ingressar na UFRB, no curso de Gestão em Cooperativas, a partir do Sistema de Seleção Unificada (SISU), por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Por fim, apresentamos a ilustração baseada na Linha do Tempo construída pela comunidade Vila Guaxinim (Figura 9), para reflexão sobre sua história e a história de sua gente.

Figura 9. Linha do tempo da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2020).

A HISTÓRIA DA COMUNIDADE BAIXA DA LINHA

Assim como realizado na Vila Guaxinim, a Linha do tempo da Baixa da Linha permitiu enxergarmos uma representação visual dos fatos que nos ajudam a compreender melhor a história da comunidade ou ainda um processo específico. A partir dos depoimentos dos participantes das oficinas, consideramos os eventos apontados pela comunidade como importantes e que, portanto, contribuiu significativamente para entender os momentos históricos vivenciados pela comunidade.

Ao iniciarmos a Oficina da Linha do Tempo com a Comunidade da Baixa da Linha, apresentamos a metodologia aos moradores participantes e explicamos a importância da dinâmica (Figura 10). Logo, percebemos a presença majoritária das mulheres e crianças, revelando assim o protagonismo feminino à frente da Associação comunitária. Da mesma forma que a comunidade Vila Guaxinim o protagonismo feminino se dá na presença efetiva das mulheres na direção da comunidade e nos espaços de diálogos e debates.

Figura 10. Realização da Oficina “Linha do Tempo”, na comunidade quilombola Baixa da Linha.



Fonte: Arquivo Pessoal (2020).

A Comunidade Quilombola da Baixa da Linha está localizada no município de Cruz das Almas-BA, no Recôncavo Baiano. Os relatos dos moradores mais antigos informam que a origem da comunidade se deu aproximadamente 100 anos atrás, quando os primeiros moradores começaram a viver nesse território e a presença de vestígios históricos como objetos das populações indígenas e a existência de uma pedra que supostamente era utilizada pelas mesmas para amolar os instrumentos de trabalho e de luta a chamada “Pedra do Índio”. Nos últimos anos é comum os moradores encontrarem urnas funerárias de populações indígenas, segundo depoimento de lideranças comunitárias provavelmente da comunidade indígena Aratu (Figura 11).

Figura 11. Urna Funerária Indígena encontrada na comunidade Baixa da Linha.



Fonte: Arquivo Pessoal (2020).

Em 23 de dezembro de 1881, 09 anos antes da Abolição da Escravidão no Brasil, foi inaugurada a Estação Ferroviária Central da Bahia que mais tarde foi alterada para Estação de Cruz das Almas. A presença da Linha Ferroviária, atrai a instalação de uma pedreira nas proximidades, onde hoje se encontra a comunidade, aproximando também mão de obra para trabalharem nesta pedreira (SANTANA,

2015). A década de 1930 é recordada pelos moradores da comunidade como o período histórico em que se deu a Instalação da Pedreira.

Os trabalhadores da Antiga Pedreira, logo solicitaram a construção de casas para eles se instalarem junto com suas famílias, a solicitação é aceita, com recomendação de que fossem construídas com certa distância da pedreira, assim se inicia as primeiras habitações. Com um tempo esse agrupamento de casas dos trabalhadores da antiga pedreira se torna a Comunidade de Remanescente de Quilombo Baixa da Linha. Desde então, outras famílias dos trabalhadores das pedreiras, em sua maioria homens e mulheres descendentes de índios e negros, foram se instalando e construindo as primeiras relações de comunidade, as primeiras casas feitas com madeira, pedras e em cada uma das casas os moradores começaram as primeiras experiências de agricultura familiar (SANTANA, 2015).

As fazendas que já existiam nas proximidades da antiga pedreira tiveram suas terras desapropriadas pelo Governo Federal para a Instalação da AGRUFBA na década de 1940, e esse marco define mais um importante momento histórico para essas comunidades que entendem como o início dos conflitos por terra naquela região. E, portanto, as trajetórias de lutas desses povos estabelecem esse momento como intensificação dos embates.

No relato dos moradores da Comunidade, existe divergência sobre quais seriam os primeiros habitantes a chegarem naquelas terras. Paulo Sérgio, importante liderança religiosa fala que “a primeira família a se instalar na área foi a de D. Constança”, e ainda “inicialmente só havia casas de taipa, casas de palha”, só então, a partir daí que a comunidade passou a desenvolver-se entre as duas linhas ferroviárias. Entretanto, para Simão, “antes de Dona Constança chegar já havia pessoas morando aqui (...) as pessoas quebravam as pedras e colocavam no carro de mão e a Leste levava para seu destino” (SANTANA, 2015).

Tendo sua área territorial compreendida entre a vizinha Vila Guaxinim e a Linha Férrea, a Baixa da Linha possui aproximadamente 120 famílias residindo nas terras coletivas. Esse processo de ocupação das terras, por sua vez, foi marcado pelos conflitos.

Por ter mais tempo de organização comunitária do que a Vila Guaxinim, a Baixa da Linha possui algumas conquistas referentes à participação coletiva, como por exemplo, a sede da associação (Figura 12), importante espaço formativo e de

tomadas de decisões referentes às necessidades coletivas e resoluções dos conflitos existentes.

Figura 12. Associação comunitária quilombola da Baixa da Linha, em Cruz das Almas – BA.



Foto: Roger Conrado (2018).

No final dos anos 1990, mais precisamente no ano de 1998, os moradores da Baixa da Linha, começam a organizar a Associação Comunitária e através da Igreja Católica, por meio do Bispo Dom Gílio Felício, que motivou a construção da Igreja católica na comunidade e com a ajuda dos comerciantes locais a construção também da Sede da Associação que é concluída no ano de 2000.

Em 2005 é instalada a UFRB, e, uma nova dinâmica se coloca e acentua os debates e enfrentamentos pela garantia de terras destas comunidades.

No ano de 2010, a comunidade da Baixa da Linha conquista o Reconhecimento e a Certificação da Fundação Palmares enquanto Comunidade Quilombola, possibilitando assim, um fortalecimento na luta pela terra e na garantia de direitos para os povos tradicionais. Por fim, em 2019 com a Demarcação das Terras das Comunidades e assim a delimitação entre as terras pertencentes a

Universidade e as Comunidades, colocando assim o ponto final em anos de conflitos e debate acerca desse território.

Cada um desses eventos históricos se liga a uma série de características que refletem a identidade quilombola deste povo e o fortalecimento da luta pelos direitos dos povos tradicionais.

Ainda segundo os moradores, a partir da instalação da AGRUFBA, a Baixa da Linha começou a sofrer pressão da instituição para que os moradores deixassem de utilizar a terra para o plantio e, conseqüentemente, que deixassem de viver naquele espaço, mas mesmo com a perseguição a comunidade continuava produzindo.

Sobre os aspectos da religião na comunidade percebe-se uma presença muito forte das congregações cristãs neopentecostais, porém, os antigos moradores ainda realizam as festividades populares de sustentação a fé católica como, por exemplo, a Festa de Cosme e Damião. Assim como a Sede da Associação, a Igreja Católica foi construída nos anos 2000, através de “doação” de representantes do comércio local, revelando assim, uma forte dependência da comunidade em relação às doações destes comerciantes. Os participantes da oficina recordam que a primeira missa realizada na comunidade pelo então bispo D. Gílio Felício, foi debaixo de uma mangueira, naquela ocasião a liderança episcopal afirmou a necessidade da construção de uma igreja, e o mesmo realizou a plantação de uma árvore em um local onde provavelmente aconteceria a sua construção. Outra informação sobre as manifestações culturais e religiosas é a tradicional lavagem inicialmente organizada por Dona Maria São Pedro e que até hoje a comunidade continua realizando, durante o mês de maio. Também é presente na comunidade a religião afro-brasileira, por meio do Terreiro Onzó Mucumbi liderado por Pai Paulo Sérgio, através dos sambas de rodas e da ligação com a Igreja Católica, onde as manifestações eram momentos de grande festividade na comunidade (SANTANA, 2015).

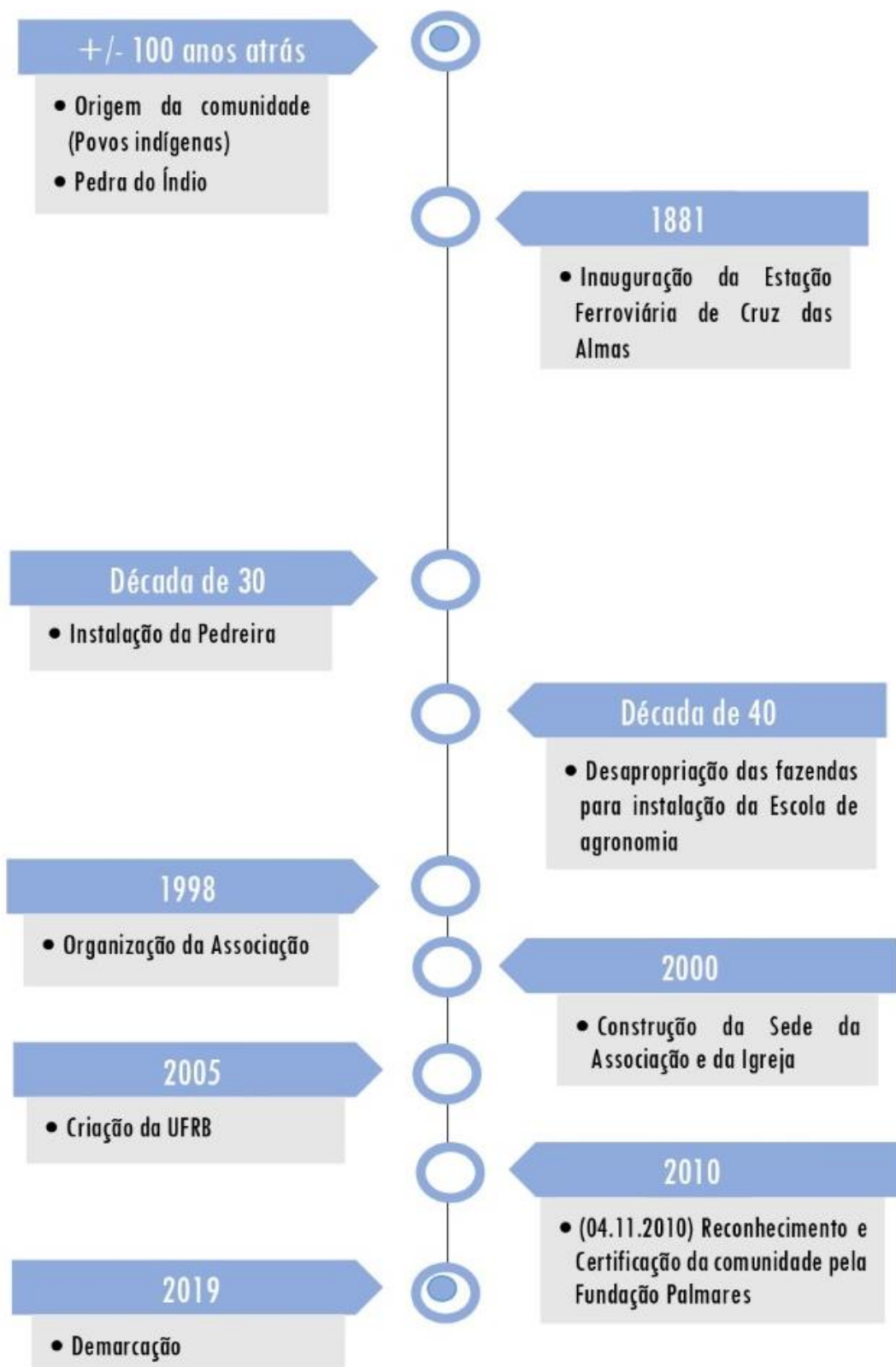
Sobre a relação com a terra, à comunidade atualmente planta, em uma área coletiva, isto é, um plantio coletivo para 18 famílias. E mesmo quando não tinha plantio coletivo, a comunidade sempre produziu nos quintais de suas casas. Portanto, no que diz respeito a relação com a agricultura ao contrário da Vila Guaxinim, não foi interrompida na Baixa da Linha, mesmo com as perseguições e proibições os moradores resistiram e mantiveram a relação com a terra e esse vínculo com a agricultura, tem se fortalecido através das mulheres da associação.

Porém, existe ainda um desafio com os animais (de diversos donos), que atacam as cercas e, conseqüentemente, prejudicam as plantações na área coletiva.

No que diz respeito à Educação, a presença dos moradores como estudantes é muito grande, há vários estudantes da comunidade da Baixa da Linha na universidade. Uma das moradoras argumenta a estabilidade da condição de estudantes atualmente, porém com a política de acesso e permanência os estudantes quilombolas estão cada vez mais tendo acesso ao conhecimento acadêmico.

Por fim apresentamos a ilustração da Linha do Tempo da comunidade da Baixa da Linha (Figura 13), onde são apresentados os diversos eventos históricos que traçam por meio da memória coletiva a história dos seus sujeitos e da comunidade.

Figura 13. Linha do tempo da Comunidade Quilombola Baixa da Linha.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2020).

PARTE II

ENTRE LUTAS: OS DESAFIOS QUILOMBOLAS PELO DIREITO A TERRA E AO TERRITÓRIO

*Mas apesar de tudo isso, o latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar, romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância, terra é de quem plantar
À terra, terra
Pedro Munhoz*

Nesta parte discutiremos os processos permanentes das lutas, seus conflitos no que diz respeito à conquista da terra e do território, e o pertencimento dos sujeitos com as comunidades na busca por justiça, reconhecimento e desenvolvimento. Além disso, identificamos a partir do olhar dos moradores os desafios e conquistas existentes.

Deste modo, esta parte se configura nas seguintes abordagens: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento; Cartografia: Um Mapa na palma das mãos; Mapeamento Participativo da Vila Guaxinim; e Mapeamento Participativo da Baixa Linha.

Figura 14. Demarcação das terras das comunidades quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha em setembro de 2019.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019)

RECONHECIMENTO, JUSTIÇA E DESENVOLVIMENTO

Apesar dos históricos conflitos por terra, a argumentação sobre questão agrária no Brasil é muito recente quando comparada com o debate internacional. Porém, a necessidade política e, sobretudo o silêncio histórico faz urgente tal discussão. Nessa perspectiva a discussão da realidade agrária no país, a posse, a propriedade e o uso da terra da sociedade brasileira é imprescindível para compreensão da relação dos povos quilombolas com a terra. Para tanto, precisamos traçar uma linha histórica de análise, da relação da sociedade brasileira com a terra e como esta relação contribuiu para manutenção da escravidão e para formação dos quilombos brasileiros.

Por muito tempo, a Questão Agrária foi interpretada como um problema no campo, e mais precisamente, pela concentração de terras que dificultava o desenvolvimento da agricultura. Porém, recentemente outros conceitos são utilizados para compreender tal fenômeno do campo no Brasil. Nessa perspectiva é necessário compreender o conceito de Questão Agrária que utilizamos.

Para Stedile (2013, p. 639),

O termo questão agrária é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra.

Assim sendo, a compreensão de tal fenômeno é fundamental para entender como se deu o processo de negação do direito a posse de terra aos homens e mulheres negros que construíram esse país.

Historicamente a posse de terra foi se estabelecendo por meio das revoluções burguesas, consolidando o Estado burguês e suas regras, possibilitando assim que todo “cidadão” pudesse ter acesso a terra tendo como condição, para tanto, que tal “cidadão” tivesse capital para adquirir as terras do Estado. Todavia, os negros e os pobres, não poderiam dessa forma ter acesso às terras, estabelecendo assim uma concentração da propriedade de terra e, conseqüentemente, a manutenção das relações de poder.

Nesse veio, ao debatermos sobre a Questão Agrária e, sobretudo, sobre os problemas agrários decorrentes da concentração fundiária, fruto da organização da

sociedade capitalista, é fundamental tratarmos sobre a resistência dos trabalhadores do campo e como a educação do campo é instrumento da luta pelo direito a terra.

Na perspectiva do capitalismo, a Questão Agrária está resolvida no Brasil, pois, as forças capitalistas resolveram os problemas do aumento da produção agrícola a seu modo, sendo a agricultura uma atividade lucrativa e com permanente crescimento da produção agrícola. Por outro lado, este cenário ocasiona um alto índice de concentração das terras onde apenas 1% dos proprietários controlam 46% de todas as terras (STEDILE, 2013). Do nosso ponto de vista, os problemas agrários só aumentam tendo em vista que no meio rural brasileiro, muitas pessoas ainda vivem em situação de pobreza revelando assim a existência de uma grave desigualdade social.

Para os trabalhadores do campo, sobretudo os quilombolas, o direito a terra é essencial para efetivação de uma política de reparação aos processos históricos de escravidão, desterritorialização, exploração e discriminação. E para que estes povos se organizem e se entendam como sujeitos de direito, a educação do campo possui um papel de despertar no trabalhador do campo a consciência de mudanças para as transformações necessárias no meio rural, e é por meio dela que os trabalhadores farão o enfrentamento ao projeto do capital para o campo, desestruturando os mecanismos existentes fomentados pelo Capital, garantindo assim políticas públicas de acesso a terra e a vida.

A Constituição Federal de 1988, no ato das disposições constitucionais transitórias, em seu Art. 68, afirma que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Assim, reconhece e garante a titularidade das terras aos povos quilombolas.

No mesmo ano, é criada a Fundação Cultural Palmares, através do Decreto Lei nº 7.668, cujo objetivo seria de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na sociedade brasileira.

Em 1995, dá-se o Projeto de Lei nº 129 que normatiza o artigo 68 e regulamenta o direito de propriedade das terras quilombolas e a sua titulação. Ainda em 1995, o INCRA, através da Portaria interna nº 307, passa a ser a entidade responsável pelo processo de titulação e cria novos procedimentos para a titulação de territórios quilombolas. A partir daí, iniciou-se as primeiras reivindicações das comunidades pelos títulos prometidos pela Constituição e dessa forma, as primeiras

comunidades tituladas iniciam um movimento para promover os debates e as políticas a favor das comunidades quilombolas.

Contudo, em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Medida Provisória nº 1.911, derruba a Portaria Interna do INCRA 307/1995 e dá competência ao Ministério da Cultura, assim desqualificando o INCRA para exercer a função de demarcar, reconhecer e titular as terras quilombolas.

No ano 2001, o Decreto Presidencial nº 3.912 retirou do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁹ a responsabilidade de analisar as terras quilombolas e torna ilegítima e inconstitucional a função do MDA de desapropriar as terras quilombolas. Sendo esta medida do Governo Federal uma derrota para as políticas de reparação histórica para as populações negras e, sobretudo, quilombolas.

Porém, já no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, a Medida Provisória nº 111, cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com a função de coordenar e articular a formulação, coordenação e avaliação das políticas afirmativas de promoção da igualdade racial e de combate à discriminação racial e étnica. No mesmo ano, se dá a regulamentação das disposições previstas no artigo 68 da Constituição e dá incumbência ao MDA, por intermédio do INCRA, de desapropriar terras particulares com finalidade de titular comunidades quilombola através do Decreto nº 4.887.

Já em 2005, o Projeto de Lei nº 6.264 cria o Estatuto da Igualdade Racial e define parâmetros para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros. No mesmo ano, se dá a Instrução Normativa nº 20, do INCRA, e com ela os procedimentos administrativos adequados às incumbências do referido instituto para a criação da Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, responsável pelos processos de identificação, reconhecimento e titulação das terras quilombolas.

⁹ O MDA do Brasil foi criado por meio do decreto nº 3.338/2000, durante o governo do ex-presidente FHC, em um momento em que a questão agrária e a agricultura familiar ganhavam notória visibilidade nacional. Esse ministério tinha como competências a reforma agrária e reordenamento agrário, regularização fundiária, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Em 2016, após o golpe, o Ministério foi extinto pelo ex-presidente Michel Temer, por meio da medida provisória nº 726/2016 criando assim a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), estando ligada a Casa Civil da Presidência da República. No atual Governo o que sobrou das políticas desenvolvidas pela SEAD foram incorporadas ao MAPA (BRASIL, 2000; BRASIL, 2016; MEDEIROS; GRISA, 2019).

No ano de 2007, a Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, regulamenta as condições para certificação e titulação das Comunidades Remanescentes dos quilombos e torna obrigatória a emissão da Certidão de Auto definição para inscrição no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. Ademais, foi instituído pelo Decreto 6.040, a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, garantindo assim a ação estrutural e estruturante na preservação e perpetuação das comunidades negras, em áreas quilombolas.

Em 2008 a Instrução Normativa nº 49, do INCRA, define critérios para a obtenção de títulos de terras pelas comunidades remanescentes de quilombo e impõe a obrigatoriedade ao laudo antropológico da comprovação da descendência quilombola nas terras.

Em 2009, a Instrução Normativa nº 57, do INCRA, esclarece as instâncias públicas responsáveis pelos procedimentos e regulamenta os processos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

No momento, existe no INCRA 1.747 processos abertos para regularização de territórios quilombolas, destes, 1.005 processos são pertencentes a região do Nordeste, conforme apresenta o quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Processos abertos para regularização de territórios quilombolas por regiões – 2019.

Região	Nº processos	%
Nordeste	1.005	57,53
Norte	142	8,13
Centro-oeste	118	6,75
Sudeste	331	18,95
Sul	151	8,64
Brasil	1.747	100,00

Fonte: INCRA (2019).

A partir do Quadro 1, podemos observar que mais da metade (57,53%) das solicitações de regularização das terras dos povos quilombolas decorre da região Nordeste, enquanto que as demais regiões não somam 50% .

Analisando de forma mais criteriosa os Estados pertencentes a essa região, foi possível observar que grande parte desses processos são dos estados do Maranhão (39,70%) e da Bahia (31,74%), que juntos somam 71,44% das solicitações de regularização (Quadro 2).

Quadro 2. Processos abertos para regularização de territórios quilombolas na região nordeste – 2019.

Estado da Federação	Nº processos	% (Região Nordeste)
Ceará	32	3,18
Pernambuco	57	5,67
Bahia	319	31,74
Maranhão	399	39,70
Paraíba	29	2,89
Rio Grande do Norte	20	1,99
Alagoas	17	1,69
Sergipe	32	3,18
Piauí	65	6,47
Médio São Francisco	35	3,48
Nordeste	1.005	100,00

Fonte: INCRA (2019).

Até agosto de 2019, no Brasil, foram emitidos pela Fundação Cultural Palmares, 2.744 certidões de autodeclaração, que reconheceram 3.386 comunidades quilombolas. No que diz respeito a Bahia, até o momento, foram emitidas 662 certidões de autodeclaração, sendo que 811 comunidades se autoreconhecem como quilombolas, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3. Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) na Bahia - 2004 a 2019.

UF	Ano	CRQs (Certidões)	Nº CRQs (COMUNIDADE)
	2004	23	37
	2005	52	62
	2006	112	122

BA	2007	23	29
	2008	36	37
	2009	21	21
	2010	49	54
	2011	92	97
	2012	8	8
	2013	73	129
	2014	42	46
	2015	21	33
	2016	43	56
	2017	22	25
	2018	38	47
2019	7	8	
TOTAL		662	811

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2019).

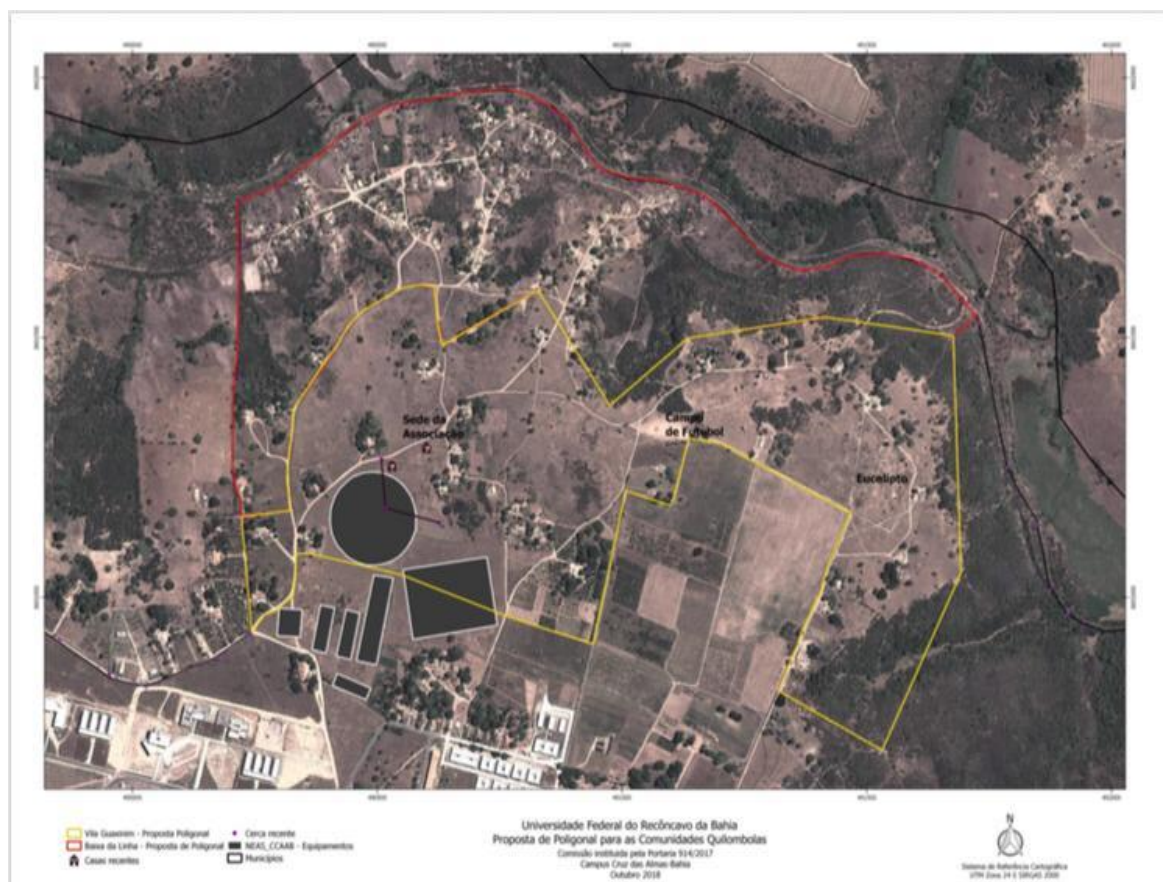
As informações identificadas no Quadro 3, demonstra o quanto o estado da Bahia tem se destacado no reconhecimento das comunidades de remanescentes e conseqüentemente nas certificações, fruto do investimento nas políticas públicas de promoção da igualdade racial e de fortalecimento das comunidades de povos tradicionais.

Em relação ao reconhecimento enquanto comunidade Quilombola, a Baixa da Linha conquistou seu reconhecimento no ano de 2010 e a comunidade Vila Guaxinim iniciou seu estudo antropológico no ano de 2011, e somente no ano de 2013 foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola.

No que diz respeito à demarcação das terras, após várias reuniões entre a comissão de regulamentação das terras, composta pela UFRB, e pelas representações da Vila Guaxinim e Baixa da Linha, o comitê participou de uma reunião em 19 de janeiro de 2017, junto ao Ministério Público Federal para definir sobre a demarcação das comunidades quilombolas (ANEXO F). A reunião contou com a representação do INCRA, da Procuradoria Geral da República (PGR), além da UFRB e das comunidades. Nesta oportunidade, o INCRA afirmou que não possuía recursos de logísticas e operacionais para elaborar o Relatório Técnico de

Identificação e Delimitação (RTID), o qual é uma peça fundamental para o processo de regularização fundiária. Após os debates, houve um acordo entre as partes de se fazer uma delimitação da área mediada e acordada que pudesse garantir os direitos das comunidades quilombolas. O referido encontro foi encerrado com pendências referentes a definição da área a ser demarcada. Posteriormente em 07 de fevereiro de 2018 a Prefeitura de Cruz das Almas - BA e a Humana Brasil (Prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER) são incluídas na comissão para contribuir com o processo de regulamentação (ANEXO G). A reunião foi convocada para elaborar proposição de termos e limites das áreas a serem demarcadas e reconhecidas em favor das comunidades da Vila Guaxinim e da Baixa da Linha, assim as comunidades realizaram o processo de demarcação do território em agosto de 2019 permitindo a identificação dos limites entre as duas comunidades e entre as comunidades e a UFRB (Figura 15).

Figura 15. Imagem de proposta de poligonal para as Comunidades Quilombolas Baixa da Linha e Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA.



Fonte: Arquivo do Comitê de Regularização das Terras (2019)

CARTOGRAFIA SOCIAL: UM MAPA NA PALMA DAS MÃOS

Antes de adentrarmos no debate a cerca da estratégia metodológica da cartografia social na elaboração do mapeamento participativo, cabe discutir sobre a compreensão do que é terra e território para os sujeitos quilombolas, dialogando estas com os embasamentos teóricos.

Quando questionados sobre o entendimento a respeito da diferença entre Terra e Território, os moradores trouxeram várias respostas como: “*Terra é a terra em si; e o território é o espaço que moramos*”. Ou “*Terra é pra plantar; território é onde a gente mora*”. Porém, no geral todos e todas afirmavam que Território era espaço geográfico que possuem elementos que marcam a comunidade, como a forma de vida, estrutura das casas, produção da comunidade, alimentação e as características da identidade que diferenciam o território enquanto quilombola.

Para Bernardo Mançano Fernandes (2013, p. 744),

pode-se dizer, então, que o território camponês é uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês que por sua vez, promove a reprodução dessa relação social. Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas.

Ademais, Rogério Haesbaert (2005, p. 6774-6775) afirma que,

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Isto posto, a compreensão de território dos sujeitos quilombolas aqui estudados dialoga com o conceito produzido nas experiências estabelecidas e vivenciadas pelos sujeitos do campo na resistência e na luta pela terra. O território quilombola por sua vez, produz permanentes conflitualidades pela disputa territorial

na perspectiva do desenvolvimento comunitário, na busca por políticas públicas efetivas de moradia, saúde, educação, por meio das representações dos poderes públicos locais e regionais.

O território compreende, portanto, o somatório das vivências e experiências na relação tempo/espço dos sujeitos nele inseridos. Assim sendo, para identificarmos os sujeitos quilombolas e suas histórias é fundamental compreendermos o território que estes estão inseridos em determinado contexto, considerando os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais.

Há também a necessidade de discussão sobre a relação dos sujeitos com esse território, a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização. A luta pela retomada do território, que historicamente foi negado, trata-se de uma reterritorialização por parte dos sujeitos quilombolas.

Segundo Fernandes (2013, p. 745),

criação e recriação significam territorialização e reterritorialização do campesinato, ao passo que a destruição significa a sua desterritorialização. É na formação que acontece a territorialização do campesinato. Desde as lutas das Ligas Camponesas até as lutas do MST, por exemplo, pela conquista de frações do território brasileiro que denominamos de latifúndios, lutas nas quais algumas dessas frações são transformadas em assentamentos acontece a formação do território camponês.

Como aponta o autor, a territorialização dessas comunidades se deu no processo de ocupação das terras e no processo de formação e construção das primeiras famílias, no estabelecimento desses sujeitos com a terra. No que diz respeito ao processo de desterritorialização, cujos moradores destas comunidades sofreram, se estabeleceu a partir dos conflitos, da proibição do plantio e das muitas interferências externas no que diz respeito a vivência nesse espaço. A reterritorialização que significa o processo de recriação desse território se dar por meio da conquista deste espaço a partir da demarcação das terras, do reconhecimento, e da certificação enquanto território quilombola.

Nesta etapa do processo metodológico, a Cartografia Social contribuiu para o planejamento e transformação social, sendo fundamentada na investigação participativa e no desenvolvimento local. Assim, consideramos os conhecimentos sobre o território pertencente à comunidade de remanescentes quilombolas, obedecendo aos limites do território a partir de elementos de representação coletiva, como por exemplo, uma árvore, ou a nascente de um rio.

Para a realização da *Oficina 2: “Terra e Território”*, abordamos o processo de reconhecimento, certificação e demarcação do território dessas comunidades, considerando a proposta metodológica da Cartográfica Social onde produzimos um mapeamento participativo de cada uma das comunidades na perspectiva dos sujeitos que nela residem, representando a realidade específica deles e possibilitando a construção do conhecimento territorial, a partir de três eixos: Conflitos; Trabalho no Campo; e Desenvolvimento Agrário.

No que diz respeito aos conflitos existentes nas comunidades, buscamos identificar quais os enfrentamentos as mesmas passavam e passaram e por quais motivos, considerando que, as disputas pela Terra e pelo Território representavam a principal luta da dinâmica política das comunidades. Logo, ambas as comunidades apresentaram seus principais desafios para garantia da resolução desses conflitos.

Para Welch (2013, p. 146),

os conflitos no campo documentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1985 são novos capítulos de uma longa história. São os conflitos pela terra que demarcam a história do Brasil, determinando as transições políticas, sustentando ou derrubando governos, formando as classes sociais, selecionando os privilegiados e os marginalizados, estabelecendo os sistemas de dominação e resistência e deixando para a geração atual um punhado de memórias de vencedores e vencidos.

Dialogando com o conceito de que Terra é poder, os conflitos pela disputa da mesma, podem resultar em diversas transformações das realidades, em relação aos povos quilombolas, esses conflitos possibilitam transformações estruturais que permitirão um redesenho do território quilombola.

Como forma de resistir aos conflitos existentes, os sujeitos quilombolas encontram no Trabalho no Campo, uma estratégia que confere a utilização do território para produção, além de impedir o avanço de forças externas ao território.

Se por um lado na história do Brasil o Trabalho no Campo foi marcado pela utilização da mão de obra escrava, nos dias atuais, além de significar resistência direta dos trabalhadores do campo ao latifúndio e ao agronegócio, representa também um potencial de desenvolvimento agrário para estas comunidades. É por meio do trabalho, da relação das mulheres e dos homens com a natureza, que essas comunidades superarão as desigualdades históricas, buscando o seu desenvolvimento.

Por meio da discussão desses eixos temáticos, relacionados com a realidade das comunidades, foi possível aos participantes a recordação das experiências de conflitos existentes e como se deu a solução destes problemas coletivos. Ademais, como recurso-estratégia de incentivo do diálogo, trouxemos a Canção da terra, do compositor Pedro Munhoz (ANEXO H), a fim de potencializar a construção desse mapeamento participativo, por meio da memorização desses momentos históricos.

Neste sentido, o Mapeamento Participativo, considerou o conhecimento popular, onde os sujeitos expressam seus anseios e desejos, registrando relatos e processos, permitindo enxergar os conflitos por conta do território em questão. Portanto, identificamos por meio desta oficina processos de conflitos pelo território, por terra, por água, por identidade, seja entre as comunidades, ou relação à universidade e proprietários de fazendas próximas. Todos esses elementos são considerados pelos participantes da oficina, em ambas as comunidades.

Porém, entende-se que essa mesma comunidade pode produzir vários mapas em diversos momentos históricos sobre o mesmo território, pois as lutas são constantes e, portanto, os mapas podem ser reconstruídos de acordo aos novos desafios. Logo, esta proposta metodológica da Cartografia Social, ao promover a construção do Mapeamento Participativo, se contrapõe ao modelo hegemônico, considerando a participação ativa dos sujeitos do território e ao mesmo tempo compreendendo o esforço coletivo para implantação das políticas públicas afirmativas que transformem o território e promova o desenvolvimento local.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DA VILA GUAXINIM

Na perspectiva dos moradores da Vila Guaxinim, dialogamos sobre Terra e Território. Para tanto, iniciamos a construção coletiva do mapeamento participativo assumindo a estratégia metodológica da cartografia social. Os moradores tomaram como referência elementos do seu cotidiano que contribuíram para nos revelar como a comunidade enxerga o seu território (Figura 16). Foi possível identificar que em diversos momentos históricos, a comunidade vivenciou diversos conflitos internos e externos a mesma.

Figura 16. Oficina da Cartografia Social da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim.



Fonte: Arquivo Pessoal (2020).

A partir da confecção do mapa participativo, propusemos uma reflexão dos pontos destacados no mapa e os seus respectivos significados na compreensão dos seus criadores, ou seja, os participantes da oficina, moradores da comunidade. Dentre os destaques apontados, encontramos: conflitos por diversos motivos, relação com a agricultura na perspectiva do trabalho no Campo e promoção do desenvolvimento comunitário.

Referente aos conflitos pela terra, os moradores relataram que em 2013, a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistências Estudantis (PROPAAE) da UFRB iniciou um projeto de mapeamento das comunidades quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha. Segundo os participantes da oficina, esse processo de mapeamento gerou conflitos, dado que os moradores da Baixa da Linha identificaram parte do território da Vila Guaxinim como sendo da sua comunidade, sem nenhum diálogo entre as duas. Isso, conseqüentemente, gerou revolta de moradores da Baixa da Linha, porque chegaram a dizer que a Vila Guaxinim estava dominando toda a terra. Após muitos diálogos as comunidades entraram em acordo, onde ambas cederam parte de suas terras para delimitação do que seria área de

reserva ambiental, onde está localizada a “Fonte do Barracão” (Figura 17), passando a ser de uso comum da Vila Guaxinim e Baixa da Linha.

Figura 17. “Fonte do Barracão” de uso comum da Vila Guaxinim e Baixa da linha.



Fonte: Arquivo da comunidade (2020).

Entretanto, nos últimos anos, a comunidade vem enfrentando um novo conflito de terra, dessa vez com um proprietário de uma fazenda ao lado da comunidade. O conflito é disputado nas instâncias judiciais, pois já tem um processo instaurado. Trata-se, portanto de conflitos com pessoas externas. A princípio o conflito era entre o fazendeiro e a universidade, sendo a UFRB indiciada com pagamento de multa diária de 500 reais por parte do seu representante legal, uma vez que, o processo de regularização ainda não foi formalizado, as terras oficialmente pertencem ainda a universidade. Entretanto, a área em conflito é ocupada por moradores da comunidade que tem uma representação formal a partir de sua associação, nesse sentido a comunidade Vila Guaxinim também foi notificada pela Advocacia Geral da União (AGU) tornando-se assim parte do processo judiciário.

No que diz respeito à vida e vivência da agricultura, foi relatado por moradores que, hoje em dia, ainda que em número reduzido, muitas pessoas da comunidade vivem do trabalho no campo e muitos plantam para o próprio consumo. Entretanto, foi recordado que houve um momento de proibição do plantio por parte

da AGRUFBA, pelos seus diretores. Uma das lideranças comunitária afirmou que, há mais ou menos dez anos, a Universidade autorizou a retirada das cercas nos espaços de plantio, e conseqüentemente, impediu a produção agrícola por parte dos moradores, gerando assim uma redução da produção na agricultura.

Esse impeditivo pode ter gerado um afastamento gradativo dos sujeitos quilombolas do trabalho no Campo, o que talvez tenha forçado a procura por trabalho nas fábricas e lojas de Cruz das Almas-BA, transformando assim às expectativas, sobretudo dos jovens da vida no campo. Com a proibição do plantio, intensificada em 2010, muitos jovens quilombolas passaram a buscar outras estratégias, deixando como segundo plano a relação com a agricultura. Reforçando essa teoria, uma liderança jovem da Comunidade diz que:

Sobreviver do campo, hoje em dia é mais difícil e tanto jovens, quanto alguns mais velhos não acreditam na possibilidade atualmente de viver só do campo. Muitos vão procurar trabalho no comércio daqui.

Logo, percebe-se a necessidade de refletir sobre a vida no campo, na perspectiva do desenvolvimento agrário. O extrativismo, artesanato, produção cultural, turismo de base comunitária e a venda de produtos feitos a partir de matérias primas produzidas pela comunidade também contribuem para a transformação dessa realidade.

Nesse cenário, as moradoras chamaram a atenção que na comunidade tem uma diversidade frutífera muito grande e que produzem na terra quilombola, como: acerola, banana, manga, umbu, seriguela, jenipapo, entre outros. Uma experiência relatada pelos participantes da oficina é a produção de pimentas em conserva de encomenda, que nasceu a partir da venda de salgados na Universidade.

Com esse potencial, existe na comunidade uma perspectiva no que diz respeito ao beneficiamento desses produtos que incentivará o desenvolvimento agrário da comunidade. Na procura por um produto que seja beneficiado pela comunidade e se torne referência na produção e comercialização, a pimenta pode ser uma saída. Mas, para atingir tal perspectiva os moradores afirmam a necessidade de investimentos do poder público municipal e estadual no incentivo ao plantio e a comercialização desses produtos sendo essencial também a construção da Cozinha Comunitária enquanto espaço de produção coletiva.

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DA BAIXA DA LINHA

A Construção da Cartografia Social na Comunidade Baixa da Linha, da mesma forma, revela a existência dos conflitos sobre Terra e Território, principalmente com a universidade e, com a Vila Guaxinim. Através da metodologia da cartografia social, os moradores apontaram elementos que permitiram visualizar o território na ótica dos sujeitos que nela vivem (Figura 18). Identificamos assim, dentre esses elementos, símbolos coletivos, como: conflitos existentes, experiências coletivas de plantio, e conquistas de espaços comunitários.

Figura 18. Oficina da Cartografia Social da Comunidade Quilombola Baixa da Linha.



Fonte: Arquivo Pessoal (2020).

Em relação ao conflito com a universidade, no contexto da luta pelo reconhecimento e certificação, observamos que houve uma unidade entre as duas comunidades para garantir o bem coletivo da terra e do território quilombola. Porém, durante a divisão do território entre as comunidades essa mesma unidade não existiu. As mulheres participantes da oficina na Baixa da Linha comentaram que na divisão do território entre as comunidades, a Baixa ficou com o terreno mais

pedregoso, muito por conta das proximidades com a Pedreira que existiu na comunidade. Ainda segundo os moradores, entre 2005 – 2006 houve uma intensificação dos conflitos com a universidade. Entretanto, somente com a certificação das comunidades pela Fundação Palmares os conflitos cessaram, partindo para negociação para regularização das terras.

Outra questão conflituosa refere-se à presença de dois rios, o Rio de Miro e o Rio da Pedreira, ambos nas proximidades da antiga pedreira e da linha ferroviária que limitam o território da comunidade, tendo em vista que muitas pessoas externas as comunidades acessam o rio para pescas, o uso do banho de pessoas e animais tendo como consequência assim, aos poucos, a degradação deste bem natural. Hoje, os rios estão inapropriados para utilização das comunidades.

Em relação ao trabalho no campo, identificamos na construção do Mapa durante a oficina que a comunidade considerou algumas características como, o espaço de plantio coletivo que é administrado por 18 famílias da comunidade, e que demonstra a capacidade organizativa da comunidade e a condição de reorganização da agricultura.

No que diz respeito ao desenvolvimento comunitário, foi relatado que entre os anos de 1998 e 2000, a Comunidade da Baixa da Linha, construiu a sede da Associação Comunitária, com o auxílio do comércio local e da Igreja Católica. Hoje a comunidade também possui uma creche na comunidade, instalada pelo poder público municipal, formando assim o centro político- religioso da comunidade. A chegada de energia elétrica e água encanada na comunidade acontecem entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, porém não atinge 100% das casas da comunidade, ainda hoje a ampliação dessas redes é uma necessidade de muitas famílias da comunidade.

Após as lutas pela reafirmação e pela reterritorialização, as comunidades quilombolas reivindicam o desenvolvimento na perspectiva do acesso as políticas públicas de infraestrutura, saúde pública, educação, agricultura, emprego e renda. Nesse ínterim, o acesso a tais políticas será concretizado por essa comunidade a partir do nível de organização comunitária e de articulação territorial.

PARTE III

ENTRE SABERES E FAZERES: EDUCAÇÃO DO CAMPO, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

Nesta parte discutiremos algumas considerações sobre a Educação do Campo, analisando todos os aspectos que envolvem o Campo, enquanto espaço de disputa e de convivência humana. Também abordaremos o espaço da Associação, enquanto espaço formativo e pedagógico e, sua relação com a Educação do Campo. Além de discutir sobre a Educação Quilombola, seus conceitos, suas diretrizes, além de uma caracterização da luta pela implantação de políticas públicas para uma Educação que liberte os homens e mulheres sujeitos de direitos, com sua cultura, socialização e relações de organização e trabalho respeitados.

Deste modo, este capítulo se configura nas seguintes temáticas: Educação do Campo e a Educação Quilombola; Educação do Campo, Participação e Associativismo; e costurando sonhos: desafios para efetivação das políticas públicas nas comunidades.

Figura 19. “Colcha de Retalhos” da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim.



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

O protagonismo dos Movimentos Sociais do Campo no surgimento da Educação do Campo ajuda a compreender a sua essência. O Documento produzido na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Goiás em julho de 1998, apresenta os argumentos de um contraponto da Educação Rural no Brasil. A discussão era para apresentar a Educação do Campo como um projeto educacional para os trabalhadores do campo, os quilombolas, os indígenas e todos aqueles e aquelas que vinculavam sua vida ao campo. Para além de uma preocupação com o processo de escolarização no Campo, era preciso compreender todos os desafios sociais de formação dos sujeitos do campo, pensando a educação com uma conexão direta com a cultura, com o trabalho, com a identidade, com a participação social e, sobretudo, com a terra.

A Educação do Campo nasceu na perspectiva da contraposição ao modelo hegemônico do capitalismo, pensada a partir dos movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária e pela educação libertadora que objetiva ajudar a conceber um novo projeto para o campo pela e para a classe trabalhadora.

Ainda que não seja citada na Constituição Federal de 1988 diretamente a Educação do/no Campo, o artigo 206 prescreve que deve haver “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e o artigo 205 que a “educação, é direito de todos e dever do Estado e da família”. Apesar do preceito, o que observamos é que nunca houve uma igualdade de acesso à escola, sobretudo, com as escolas no campo, visto as dificuldades e carências que as mesmas sofreram durante a história.

Entretanto, o que podemos identificar é que os avanços relacionados à Educação do Campo só foram possíveis após a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, afinal com a retomada dos direitos democráticos foi possível aos movimentos sociais do campo as primeiras, e talvez mais importantes, conquistas para uma Educação Básica do Campo.

Assim sendo, foram os movimentos sociais do campo como: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a CPT, a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), a Associação das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR), entre outros, que protagonizaram de forma enfática as reivindicações

de políticas públicas para uma Educação do Campo, chamando a atenção para as problemáticas do modelo educacional e propondo uma educação que discutisse a realidade dos sujeitos que vivem no campo.

Isto posto, podemos considerar a definição de Educação do Campo de Arroyo (2004, p. 10),

a Educação do Campo nasceu dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, constituindo comunidades e políticas, determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo.

Como sugere o autor, é por meio do protagonismo destes movimentos em favor de uma educação não **no campo**, mas **do campo**, que aos poucos a Legislação Brasileira vem mudando a forma de pensar a Educação do Campo. Um avanço considerável foi a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) de 3 de abril de 2002 que institui as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* na qual é assim definida no Art. 2º, parágrafo único:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por estas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Resolução CNE/CEB 1/2002, p. 202).

Dessa forma, a Educação do campo, inicialmente denominada de Educação Básica do Campo é concebida no seio das comunidades. A expressão Educação Básica do Campo surgiu no final da década de 90 no contexto da Conferência Nacional de Educação (CONAE), porém, esse conceito ou *categoria de análise* já era utilizado pelos movimentos. A Educação do Campo é um fenômeno fundamental para compreender a educação pela perspectiva dos trabalhadores do campo, com suas especificidades, com a realidade do campo, sua cultura e, sobretudo por ser instrumento no contraponto ao modelo de educação que serve ao capital.

Caldart (2013, p. 257) afirma que,

a educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa

incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Logo, o que está em debate são dois projetos de Campo que interferem diretamente na vida dos sujeitos que vivem no campo e que vivem do campo. Quando os movimentos sociais protagonizam e propõe uma “Educação do Campo”, estes pretendem afirmar a luta por políticas públicas que possibilitem aos trabalhadores do campo o acesso à escola, o acesso ao conhecimento, o acesso à educação, e interpela a sociedade brasileira sobre o porquê durante muitos anos, os detentores do Capital impediram a popularização da educação, negando aos povos do campo, das periferias, os povos tradicionais o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, à possibilidade de transformação.

Esse debate de projetos do Campo revela o quanto que as elites utilizam dos mecanismos de controle da sociedade como é a educação para impedir a libertação, o empoderamento das classes populares. No percurso da pesquisa, identificamos o espaço das associações como espaço não formal de educação e consideramos os processos formativos que são desenvolvidos nesse espaço e que podem contribuir significativamente para formação humana desses sujeitos, respeitando a realidade desses povos e estimulando o processo de libertação por meio do conhecimento.

Neste sentido, o Campo esta intimamente ligado com a Educação, e a questão da Educação, portanto, está estreitamente ligada a Questão Agrária, porque é por meio da educação que se forma os sujeitos do campo, enquanto sujeitos de direitos e os mesmos poderão compreender a necessidade da luta pela terra, pelo território e pelas políticas públicas de desenvolvimento. Porém, a disputa entre os projetos existentes no Campo, é travada também por meio da educação, quando as relações de poder impedem a universalização da educação básica, mesmo que a serviço do capital, impedindo assim o acesso dos trabalhadores do campo ao conhecimento. Negar o conhecimento aos trabalhadores do campo é estratégia do capital para manutenção das relações sociais desiguais existentes.

Como aponta, Caldart, (2013, p. 259),

a realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por

políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? Uma interrogação que remete à outra: por que em nosso país foi possível, afinal, constituir diferentes mecanismos para impedir a universalização da educação escolar básica, mesmo pensada dentro dos parâmetros das relações sociais capitalistas?

Quando a autora propõe esses questionamentos, sugere que a realidade dos trabalhadores é que produz a Educação do Campo, mas o que é recente é a forma como se dá o enfrentamento desta realidade. Por meio da proposta de Educação do Campo inaugura-se um jeito novo de formar os trabalhadores do campo e, conseqüentemente, de enfrentar o modelo de educação apresentado pelo capital.

Na perspectiva do modelo capitalista, não é a educação do campo que deve retornar a agenda do Estado, mas sim, a educação rural, que cumprirá um papel de preparar determinada mão de obra para satisfazer a expansão e manutenção do projeto dominante capitalista. Porém, este projeto é confrontado pela articulação dos trabalhadores do campo que marcham na direção contrária apontando as contradições do capitalismo diante das desigualdades existentes no campo, assim a educação do campo, como prática social cumpre um papel essencial de formação dos sujeitos do campo a fim de fomentar a consciência de mudança para um Campo dos trabalhadores.

Para Caldart (2013, p. 263),

no plano da práxis pedagógica, a Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos.

Como a autora alerta, a Educação do Campo inova quando estabelece relação umbilical entre o trabalho como princípio educativo e a formação na perspectiva libertadora, estabelecendo conectivos entre as relações sociais e os valores políticos e culturais no enfrentamento ao modelo historicamente apresentado pelo capital, que condiciona o trabalho como mecanismo de manutenção das relações de poder existentes no campo, e como a escola a serviço do capital contribui para isso.

Uma das formas do enfrentamento é a compreensão da relação **trabalho x escola**. A Educação do Campo, através da pedagogia socialista contrapõe a proposta do modelo capitalista e nos apresenta a forte e inseparável relação do trabalho e da escola. Como afirma Pistrak (2018, p. 68),

o trabalho é parte da relação da escola com a atualidade, e nesta base o trabalho educativo e o de ensino desenvolvem-se como um todo único, inseparável. A questão fundamental da escola não é a relação mecânica entre o trabalho e a ciência (ou como se pensa mais dissimuladamente, entre trabalho e ensino), mas, tornar ambos, partes orgânicas da escola, isto é, da vida social das crianças.

Neste íterim, a Educação do Campo tem um papel primordial na formação política dos trabalhadores, trazendo as contradições sociais as potencialidades e conflitos humanos para dentro do processo pedagógico que dialogue com a vida concreta dos trabalhadores, revelando assim a função social da escola, educando tais sujeitos para a vida, e no caso dos sujeitos quilombolas neste relatório estudados na perspectiva libertadora.

Aqui observamos a proximidade histórico-pedagógica da Educação do Campo e da Educação Quilombola, visto que ambas surgem da realidade de vida da comunidade e das lutas históricas desses povos.

Quando consideramos a Educação Quilombola, entendemos os espaços socializantes das comunidades, como espaços de produção do conhecimento, espaços formativos dos sujeitos quilombolas, espaços de fomento da participação e do envolvimento político na resolução dos problemas coletivos das comunidades e, conseqüentemente, espaços de organização da vida. A Associação Comunitária é um exemplo desse espaço formativo, mas também são espaços socializantes, as igrejas, os terreiros, os espaços sócios produtivos e a própria escola.

Tanto para a Educação do Campo, quanto para Educação Quilombola, é vital que se considere e respeite as características e as relações existentes do território. Nesse sentido, a educação é construída tendo como referência o ser humano que por meio dela possa realizar transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias. Para isso o simples acesso a escola é condição necessária, mas não é suficiente para o despertar da consciência enquanto sujeitos de direitos, é preciso, portanto, que a educação seja libertadora, possibilitando a esses sujeitos pensar criticamente e potencializar neles o desejo pela emancipação humana.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO, PARTICIPAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

As soluções não podem ser apenas formais, elas devem ser essenciais.

José Martí

A Participação enquanto mecanismo de transformação da realidade expressa à necessidade dos sujeitos de construírem direitos, sejam eles bens materiais, aspectos da personalidade ou ainda princípios humanos. Para muitos, o direito é apenas constituído por representações, mandatários que, por muitas vezes, não representam o sentimento e os desejos coletivos, portanto, não é o processo legislativo, mecanismo exclusivo para construção de direitos, pois as transformações necessárias só se tornaram direitos garantidos através da contribuição dos sujeitos coletivos de direito.

Para Gohn (2004, p. 22),

a democracia direta e participativa, exercitada de forma autônoma, nos locais de moradia, trabalho, estudo etc. era tida como o modelo ideal para a construção de uma contra hegemonia ao poder dominante. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência civil e de resistência ao regime político predominante.

Para a construção de uma sociedade democrática, é fundamental a participação nas organizações da sociedade civil. No que diz respeito à Educação do Campo essa organização é imprescindível, tendo em vista que muitas das conquistas coletivas foram frutos da luta dos movimentos sociais do campo, como sujeitos coletivos de direito, na perspectiva de um projeto contra hegemônico e para além do capital.

Trata-se, portanto, de compreender a **associação e a prática de participação** enquanto ação educativa que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que constituem tal espaço. Tal intencionalidade é estabelecida na afirmação de valores, princípios e práticas coletivas, assim, a associação comunitária é espaço pedagógico na formação dos sujeitos para atender as demandas que são levantadas no sio das comunidades, transformando assim, o ambiente e os sujeitos que nela vive.

Conforme Gohn (2016, p. 61),

em síntese, a concepção deste estudo sobre educação não formal parte do suposto de que a educação propriamente dita é um conjunto, uma somatória que inclui a articulação entre educação formal – aquela recebida na escola via matérias e disciplinas, normatizada –, a educação informal – que é aquela que os indivíduos assimilam pelo local onde nascem, pela família, religião que professam, por meio do pertencimento, da região, do território e da classe social da família – e a não formal, que tem um campo próprio, embora possa se articular com as duas. Já a não formal engloba os saberes e os aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências envolvendo a participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como projetos sociais, movimentos sociais etc. Há sempre uma intencionalidade nestes processos. Assim, a educação não formal contribui para a produção do saber na medida em que atua no campo no qual os indivíduos atuam como cidadãos. Ela aglutina ideias e saberes produzidos pelo compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdados e saberes novos adquiridos.

O potencial formativo-educativo da associação nasce das práticas da classe trabalhadora que através de suas organizações resistem e lutam historicamente contra as desigualdades e as exclusões materiais e imateriais, fortalecendo tal espaço por meio da participação democrática. Assim, a educação ultrapassa as paredes da educação formal e por meio da associação cumpre um papel de formação crítica imbricado na realidade dos sujeitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), expressa já em seu primeiro artigo, que o conceito de Educação não se restringe apenas ao ensino escolar, definindo:

Art. 1º A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Dessa forma, as memórias transmitidas dos pais para os filhos, dos avós para os netos, nas comunidades, são ricos processos formativos que contribuem cotidianamente na formação dos sujeitos e das comunidades, é o que Paulo Freire (2013, p. 31) chama de *saberes socialmente construídos* na prática comunitária. Estes saberes podem e devem ser catalizadores do processo formativo e organizativo das comunidades e por meio do associativismo visto como espaço educacional que isso também será possível.

Podemos afirmar que as primeiras comunidades ameríndias já praticavam a coletividade na produção para subsistência. A necessidade de viver em grupo pela sobrevivência, o trabalho em cooperação e a agricultura em produção coletiva, são

as primeiras experiências de associativismo no Brasil, conforme Souza (2016, p. 19), “o associativismo no Brasil vem se constituindo a partir de modelos latino americanos desde a época colonial quando notamos sua relação às situações religiosas ou raciais instituídas com os nativos e os colonizadores”.

Quando chegaram as primeiras experiências no Brasil, principalmente pelos imigrantes europeus, o país ainda era colônia de Portugal e somente apenas na sua constituição de 1891 que se podem formalizar estas organizações. Porém mesmo sem a formalização destas organizações associativas os povos originários já resistiam em busca de seus direitos.

Dessa forma, o associativismo orientava as primeiras experiências de vida comunitária no Brasil. Somente após o contato com as sociedades de classe desiguais advindas com as caravelas europeias, as sociedades nativas entram em colapso, tendo em vista que as individualidades que imperam nas sociedades desiguais haviam sido introduzidas nas comunidades indígenas pré-coloniais.

Isto posto, cabe buscarmos a definição de associativismo que orienta esse relatório na perspectiva de ilustrar a experiência de organização comunitária por meio das associações, enquanto mecanismos de participação democrática e de construção das coletividades, a fim de potencializar as melhorias da vida comunitária e das resoluções dos problemas comuns. Santos (2010, p. 35) afirma que,

[...] a associação é vista como uma forma de se alcançar objetivos coletivamente, uma vez que, individualmente, consegui-los seria mais difícil. Nessa perspectiva, o associativismo figura como uma possibilidade de resolução de problemas ou de melhoria das condições de vida [...]

A associação é indispensável no contexto das comunidades, enquanto instrumento de garantia de direitos coletivos e solução de problemas que geram grandes impactos para os sujeitos envolvidos. Diante disso, as associações são entidades extremamente necessárias e indispensáveis para a sociedade, a fim de estimular a participação ativa em diversas esferas públicas.

Já para Demo (2001, p. 30),

o associativismo representa o direito dos direitos, porque é ele que funda a proposta da organização em torno do bem comum, como é a constituição para qualquer país: nela surge a nação, organizada em torno de uma carta de intenções, que definem direitos e deveres de todos. Associar-se significa

potencializar a competência humana democrática, realizando a regra da maioria que deveria prevalecer.

Dessa maneira, os objetivos comuns aos sujeitos, suas necessidades individuais quando encontradas no coletivo, outras semelhantes, estabelecem conexões e potencializam os desejos coletivos democráticos, tornando tais sujeitos, *sujeitos coletivos de direito*.

Essa aproximação dos sujeitos com a associação comunitária inicialmente se dá por um determinado interesse coletivo, seja a regularização da posse de terra, seja a iluminação pública, seja o acesso à água potável, entre outros. Porém, ao fazer parte e ser partícipe na associação comunitária, o indivíduo se percebe e se encontra enquanto sujeito da coletividade, descobrindo assim outras pautas de interesses da territorialidade.

Além disso, nos dias atuais, percebe-se que há por parte das associações, um envolvimento nas organizações participativas que constroem orientações para as políticas públicas. Para além das pautas internas de resolução por meio da associação, os sujeitos da coletividade ocupam espaços externos a comunidade, por meio das ações do poder público. São os Conselhos Municipais, Fóruns, Sindicatos e outros organismos/instrumentos que passam a ser espaços de ampliação das lutas antes construídas no seio da comunidade, no processo de formação na perspectiva no associativismo.

Nesse sentido, os problemas estruturais das comunidades devem ser abordados no espaço formativo e as soluções devem ser coletivas. Desta forma, por que não discutir com os moradores a realidade da comunidade? Por que não associar tal realidade ao processo formativo por meio da associação?

A educação do campo ao ser produzida a partir da realidade do povo do campo é uma educação que provoca uma “inquietação indagadora” e é propositiva, por que propõe um novo modelo de educação, uma educação libertadora, uma educação para além do capital. De tal maneira que essa educação que transforma possibilite aos sujeitos moradores e associados se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos. Como afirma Freire (2013, p. 42),

(...) outro sentido mais radical tem a assunção ou assumir quando digo: uma das tarefas mais importantes da prática educativo-critica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de

assumir –se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva por que capaz de amar. Assumir-se como sujeito por que capaz de reconhecer-se como objeto.

Desse modo, para a efetivação de uma educação que transforme, a solução deve ultrapassar as paredes da educação institucionalizada, pois parafraseando a epigrafe do filósofo cubano José Julián Martí Pérez (apud MÉSZÁROS, 2008, p. 35), podemos dizer que “as soluções não podem ser apenas *formais*; elas devem ser *essenciais*”, uma vez que, os modelos educacionais formais funcionam na perspectiva de manter a ordem vigente, o *status quo*, e legitimar os interesses da classe dominante.

Nesse sentido, trataremos da Educação na perspectiva daquela desenvolvida nos movimentos sociais, nas associações, nos espaços políticos, considerando tais espaços enquanto ambientes formativos. Quando buscamos defender uma educação para além do capital, que seja contraponto ao modelo hegemônico do capitalismo, devemos construir nas organizações comunitárias, espaços formativos e que busquem solucionar os problemas coletivos.

COSTURANDO SONHOS: DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES

- O que é isto vovó? - São retalhos, Felipe. Fui juntando os pedaços de pano que sobravam das minhas costuras e, agora, já dá para fazer uma colcha de retalhos - vou começar a emendá-los hoje mesmo. (SILVA; SILVA, 1995, p.5)¹⁰

A *Oficina 3: “Participação, coletividade e associativismo”*, tratou sobre o envolvimento dos sujeitos quilombolas na construção do associativismo comunitário, na luta pela terra e os processos formativos de suas lideranças, a partir das rodas de conversas e assembleias enquanto espaço formativo, e como esses saberes coletivamente construídos formaram sujeitos politicamente ativos. Para tal discussão, utilizamos como ferramenta metodológica, da produção de uma Colcha de Retalhos que proporcionou aos sujeitos quilombolas enxergarem as possibilidades de conquistas coletivas a partir de suas individualidades.

¹⁰ SILVA, C. C.; SILVA, N. R. **A colcha de retalhos**. São Paulo: Editora do Brasil, 1995.

A Colcha de Retalhos é compreendida como nova ferramenta que possibilita a investigação da participação e da coletividade nos ambientes comunitários, fortalecendo o caráter de ação – participativa deste relatório, sendo mais um instrumento de contraponto ao modelo hegemônico de produzir pesquisa no Brasil.

No território quilombola da Vila Guaxinim e Baixa da Linha a “Colcha de Retalho”, permitiu enxergar que os esforços coletivos podem orientar as políticas públicas a fim de solucionar problemas existentes. Da mesma forma da construção do mapeamento participativo, existiu uma harmonia entre a participação individual e coletiva dos sujeitos, pois durante a construção da oficina os moradores são convidados a expressar nos retalhos, seus sonhos individuais e coletivos em relação ao desenvolvimento da comunidade. Logo, os retalhos representam as histórias individuais de cada um dos sujeitos da comunidade e a Colcha representa o conjunto das histórias individuais e conseqüentemente a história da comunidade.

Os anseios dos sujeitos quilombolas e da comunidade são avaliados como resultado das trajetórias carregadas de formação, e por meio do dispositivo metodológico “Colcha de Retalhos” foi possível à coleta de dados dessas trajetórias, das experiências subjetivas dos participantes, sem a limitação dos questionários fechados ou semiestruturados.

Os desejos dos moradores da Comunidade Quilombola Vila Guaxinim e Baixa da Linha recordada por meio das experiências que foram consideradas como importantes para uma nova vida do sujeito, para o desenvolvimento comunitário é revelado na construção da “Colcha de Retalhos”, costurando-se cada retalho. Assim que produzida, a Colcha transforma-se em pauta unificada dos moradores e da associação.

Desta forma, compreendemos que o processo de escuta possibilita uma releitura a respeito do que se escreve, e assim, a presença de uma subjetividade se revela completa de fatos históricos e vivências nas memórias dos sujeitos, permitindo a produção do relatório acerca das políticas demandadas pela comunidade. Sendo assim, a metodologia da “Colcha de Retalhos” possibilita pensar sobre os processos formativos encontrados na comunidade, seja na associação, ou por meio dos saberes dos mais velhos, sinalizando os desafios para o desenvolvimento da autonomia e emancipação dos sujeitos, que conduzem um encontro do sujeito com sua identidade formativa, tornando-se sujeitos de direitos.

Na construção da Colcha de Retalhos, utilizamos materiais para pintura, canetas coloridas, a fim de dar condições aos participantes das oficinas de relatarmos através do artesanato as dificuldades e as esperanças da comunidade. Seguindo o roteiro para essa última oficina nas comunidades, solicitamos que os moradores refletissem nos retalhos os conceitos de Participação, Coletividade e Associativismo, e como esses três elementos contribuíram ou contribuirá para o desenvolvimento das comunidades.

Nesse sentido, os conceitos debatidos entre eles revelam a necessidade da construção coletiva e o potencial criativo dos sujeitos que permite a eles mesmos enxergarem as possibilidades de crescimento e desenvolvimento escondidas nas individualidades. Logo, cada um dos retalhos em suas particularidades, é também perspectiva de comum-unidade.

Também nesta oficina os sujeitos remeteram aos encontros formativos produzidos pelas comunidades com a finalidade de orientar e apontar os caminhos para efetivação das políticas públicas para qualidade de vida na Vila Guaxinim e Baixa da Linha.

Na oficina os participantes recordaram a realização dos Diálogos Quilombolas da Vila Guaxinim, espaço de encontro das comunidades com as representações do poder público a fim de encontrar juntos, soluções para os problemas gerados pela ausência das políticas públicas. Os diálogos representam espaços de comunicação entre as comunidades, mas, ao mesmo tempo, é local de troca de saberes com as pessoas que não são da comunidade quilombola.

Em 2015, aconteceu o 1º Encontro da Comunidade Vila Guaxinim (Figura 20), porém, sem o formato que os diálogos possuem, sem a presença do poder público como fator essencial para promoção das políticas públicas. O Encontro possibilitou que a comunidade reunisse para além dos membros da associação, os moradores da comunidade que não costumam estar nas reuniões ordinárias, possibilitando assim escutar grande parte dos anseios dos sujeitos que nela vivem. Na oportunidade a comunidade construiu por meio de oficina de grafite com a juventude, um painel que serviu como portal de entrada da Vila Guaxinim.

Figura 20. 1º Encontro da Comunidade Vila Guaxinim, em Cruz das Almas – BA - 2015



Fonte: Arquivo da comunidade (2015).

Após esse Encontro as lideranças em articulação com a Câmara Técnica de Comunidades Quilombolas do Território do Recôncavo, propôs uma carta conjunta com todas as demandas das comunidades quilombolas de todo o território que deveriam ser apresentadas as representações dos poderes públicos como forma de pressionar para efetivação das políticas públicas. Desta forma, a Vila Guaxinim convoca o primeiro Diálogos Quilombolas, convidando as representações políticas locais, a representação institucional da UFRB, entre outras, para dialogar sobre as políticas necessárias e fazer a leitura da carta conjunta.

O primeiro Diálogo Quilombola foi realizado em 2016 na comunidade Vila Guaxinim com o tema: Políticas Públicas, Mulher, Juventude e Saberes Tradicionais, e reuniu representações políticas municipais e estaduais, além de representações da UFRB. Nesse espaço os quilombolas apresentaram as pautas da comunidade, sobretudo a cobertura total da rede elétrica e hidráulica e a finalização da construção da Sede da Associação. Sendo o ano eleitoral a comunidade convida os candidatos a prefeitos para receberem a carta de solicitações das comunidades quilombolas.

O segundo Diálogos Quilombolas da Vila Guaxinim no ano de 2017, também sediou I Diálogos dos Povos e Comunidades Tradicionais de Cruz das Almas-BA. Na

oportunidade o encontro contou com a presença do Prefeito Orlando Peixoto Pereira Filho, do então Secretário Municipal de Políticas Especiais Pablo Rezende da Silva e de representação do Governo do Estado e novas demandas foram apresentadas ao poder público além da entrega da rede de água da Embasa que havia sido solicitação do ano anterior (Figura 21).

Figura 21. Mesa de Abertura do II Diálogos Quilombola da Comunidade Vila Guaxinim e I Diálogos de Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Cruz das Almas - BA.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cruz das Almas (2017).

O III Diálogos quilombolas aconteceu no ano de 2018 e dessa vez, além da representação do poder público, contou com a participação de Estudantes da Rede Pública com a finalidade de promover uma interação entre a comunidade e os jovens estudantes (Figura 22). Foram realizadas diversas oficinas e rodas de conversas sobre diversos temas que se ligam com as lutas das comunidades.

A presença dos jovens estudantes na comunidade possibilitou a percepção que eles tinham sobre quilombo fosse desmistificada, e aos poucos estão superando os preconceitos que se tinham referentes às comunidades de remanescentes. Muitos estudantes apenas haviam escutado falar sobre comunidades quilombolas nas aulas de histórias e nos livros didáticos e, portanto, muitos deles desconheciam

a existênciadessas comunidades na sua cidade. O diálogo assim, nesse ano, cumpriu com o papel de aproximar a cidade da comunidade.

Figura 22. Abertura do III Diálogos Quilombola da Comunidade Vila Guaxinim e II Diálogos de Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Cruz das Almas-BA



Fonte: Prefeitura Municipal de Cruz das Almas (2019).

Todos os Diálogos possibilitaram o encontro das necessidades e as reivindicações das comunidades com os canais de solução e efetivação das políticas públicas. Com o objetivo de criar um espaço de diálogo entre o poder público e as comunidades tradicionais do município, os diálogos visam debater as demandas das comunidades quilombolas, de terreiro, ciganas, de samba e de capoeira no que concernem as políticas públicas, a partir da promoção da igualdade racial. Apesar de todos os espaços de diálogos, e construção de políticas públicas promovidas pelas comunidades, os participantes das oficinas sinalizaram que há muito que fazer ainda nas comunidades.

Ademais, durante a recordação dos diálogos na oficina da “Colcha de Retalhos”, os moradores reafirmaram a urgência e a necessidade da efetivação das políticas públicas de desenvolvimento comunitário. Desta forma, mesmo com a presença da representação do poder público nos espaços promovidos pelas comunidades, as demandas por qualidade de vida permanecem.

Dentre as principais demandas apresentadas pela comunidade na oficina, encontra-se a instalação de uma **Unidade Básica de Saúde (UBS)** dentro da comunidade que possa atender especificamente a população quilombola, uma vez que, para que estes possam ter atendimento médico precisam se deslocar muitos quilômetros para chegar a unidade básica.

A **Instalação da Rede Elétrica e a Rede de Água** em 100% de cobertura nas comunidades Vila Guaxinim e Baixa da Linha é outra demanda, tendo em vista que ainda existem muitas famílias utilizando os antigos candeeiros de querosene para iluminarem suas casas.

Também apresentaram nessa oficina a **Criação de Espaços de Lazer para as Crianças** e um **Cursinho Pré – Vestibular para os jovens Quilombolas**, como agendas propositivas que sinalizam o desejo da comunidade de que seus jovens acessem o ensino superior, e acessem ao conhecimento acadêmico.

No que diz respeito ainda à estrutura organizacional da comunidade as demandas mais importantes são a finalização da **Construção da Sede da Associação Comunitária da Vila Guaxinim**, e a **Cozinha Comunitária** para ambas as comunidades. Além da **revitalização do Rio** que cruza a Comunidade da Baixa Linha.

Diante do exposto, este relatório torna-se um espaço público para apresentar as demandas e denunciar as ausências para efetivação das políticas públicas para o desenvolvimento local destas comunidades e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos povos quilombolas que nelas vivem.

Para tanto, como medida que possibilite a implementação efetiva destas demandas este relatório construído de forma coletiva com as comunidades quilombolas servirá como documento histórico de reafirmação da identidade coletiva, de fortalecimento da luta pelo direito a terra e instrumento para reivindicação para garantia das políticas públicas apontadas pelas comunidades como necessárias e imprescindíveis para o desenvolvimento comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho politicamente comprometido com as lutas dos povos tradicionais, especificamente com os povos quilombolas, buscou ser um instrumento catalizador dessas lutas. Com o objetivo de contribuir com a transformação dos sujeitos quilombolas em sujeitos de direitos e de comungar com as políticas afirmativas necessárias para essa parcela da população, contribuindo assim para desconstrução das desigualdades sociais que atingem os povos quilombolas.

Logo, fizemos uma retrospectiva histórica da formação das comunidades quilombolas no Brasil e os processos de resistências, a fim de refletir sobre a condição do negro na atualidade, tendo em vista todo passado de negação dos direitos, promovidos pelo sistema escravista e como ele se perpetuou em nosso país. Esse cenário histórico nos revelou como a população negra não teve acesso aos direitos, inclusive os direitos da terra, os direitos educacionais, promovendo assim uma sociedade atual marcada pelo racismo estrutural e estruturante. Foi possível analisar a respeito dessa invisibilidade histórica que as comunidades reivindicam seu lugar na história, seja por meio das políticas de reparação racial a exemplo das políticas de cotas, ou por meio das resistências vividas nas comunidades na garantia do direito a terra.

Ao mesmo tempo, nos últimos vinte anos os processos históricos nos mostraram os avanços nas políticas de promoção da igualdade racial, promovidas pelo Estado Brasileiro, através do PBQ e das conquistas fruto das ações dos movimentos sociais negros e de direito pela terra. Este relatório permitiu uma investigação acerca dessas conquistas, por meio da legislação existente que garantiu a efetivação das políticas de promoção da igualdade racial e de direito dos povos e comunidades tradicionais.

A partir das Oficinas Temáticas, observamos o quanto tivemos de avanço nas políticas públicas, tendo em vista que as reivindicações das comunidades por meio dos espaços associativos foram ao longo dos anos sendo atendidas pelos poderes locais, porém, para qualidade de vida dos sujeitos quilombolas, muitas demandas são urgentes e necessárias. Para tanto essas reivindicações são fortalecidas enquanto políticas territoriais, sendo unificadas as outras demandas das comunidades do território do Recôncavo. Assim sendo, o espaço da Câmara

Técnica Quilombola do Recôncavo tem sido para as comunidades neste relatório investigadas um outro espaço de resistência e luta para garantia dos direitos.

Sobre os sujeitos presentes na trajetória deste relatório é provável que o momento formativo das oficinas tenha contribuído para a compreensão da realidade existente e tenha permitido o processo de escuta coletiva entre os moradores das comunidades. Essa compreensão se deu por meio da História, da organização comunitária, da relação com a terra, relação com a UFRB, e da relação entre as comunidades. Também enxergamos os conflitos existentes e as soluções encontradas pelas comunidades, as associações enquanto espaços formativos e pedagógicos são zeladoras dos saberes das comunidades.

Percebemos, aqui, a necessidade do presente relatório para contribuição na pesquisa sobre a Educação do Campo, na perspectiva da Diversidade do Campo em especial aos povos Quilombolas, sua forma de organização, suas lutas e resistências e seu modo de vida. Por fim consideramos que este estudo sinaliza e prospecta novas pesquisas na medida em que lacunas precisam ser preenchidas para melhor análise das realidades das comunidades quilombolas na perspectiva da Educação do Campo e na relação com a organização comunitária enquanto espaço formativo.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. Terra. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed., 3. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 740 – 743.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, 20 dez. 1996.

_____. **Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

_____. Ministério da Educação. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/DPECIRER. **Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO**: Documento Orientador / Brasília: Ministério da Educação, 2013.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas**. / Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 abr. 2016.

_____. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 496, 2016.

_____. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2016.

_____. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2016.

_____. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Brasília. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2019.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed., 3. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Palitécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 257 – 265.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAVES, P. C. **A “colcha de retalhos” – uma atividade geradora de reflexão sobre a participação coletiva na construção da rede de atenção à mulher em situação de violência/projeto para elas. Por elas, por eles, por nós**. 2014. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina, Belo Horizonte, 2014.

DEMO, P. Alguns Traços do Associativismo. In: **Cidadania Pequena – Fragilidades e Desafios do Associativismo no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, p. 27-40, 2001.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed., 3. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Palitécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 744 – 747.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 46 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde soc. [online]**. v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

_____. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

GOHN, M. G. Educação não formal nas instituições Sociais. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.

Gomes, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75,

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bahia » cruz das almas**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cruz-das-almas/panorama>>. Acesso em: 14 out. 2019.

MEDEIROS, J. C.; GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. **CAMPO - TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 14, n. 34, p. 06-35, dez., 2019.

MENEZES, J. M. F. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.36, p. 83-104, dez, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008, 126p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, p. 56-63, dez.-fev. 1995-1996.

NOZOE, N. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Revista EconomiA**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 587-605, Set/Dez 2006.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PTDRSS. **Plano de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário do Recôncavo**. SABLAYROLLES, P. J. L.; VELLOSO, T. R.; JESUS, C. S. de. (orgs). Cruz das Almas – BA: UFRB/NEDET, 2017.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

- ROCHA, N. C. **A pregnância das políticas afirmativas na universidade federal do Recôncavo da Bahia**: narrativas implicadas sobre pertencimento etnicorracial e permanência estudantil. 2019. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- SANTANA, C. E. C. **Pelejando e arrudiando. Processos educativos na afirmação de uma identidade negra em território quilombola Baixa da Linha, Cruz das Almas – Ba.** 2015. Tese (Doutorado em Educação e contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-74, nov. 2007.
- SANTOS, D. CARTOGRAFIA SOCIAL: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da geografia. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú/MA, v. 2, n. 6, p. 273-293, mar. 2016.
- SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento**: o caso da região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana – Bahia: UEFS Editora, 2010.
- SANTOS, R. E. Quilombos. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed., 3. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 650 - 656.
- SANTOS, T. C. **Universidade, território e emancipação**: Quilombolas estudantes no ensino superior. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- SILVA, M. C.; MATTEI, L. F. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil: Um processo de acumulação primitiva em uma economia dependente. **Rebela**, v.5, n.2. p. 272-299, mai./ago. 2015.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.
- SOUZA, F. B. **Associativismo rural**: uma análise da associação comunitária barra da espingarda em Caicó/RN. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2016.
- STEDILE, J. P. Questão Agrária. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed., 3. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 639 - 650.
- TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Revista AATR**, p. 1-11, 2002.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). **História da UFRB**. [200?]. Disponível em:<
<https://web.archive.org/web/20140125010924/http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/historia>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

WELCH, C. A. Conflitos no Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. 3. ed., 3. Reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 141-149.

FONTES

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relação de processos de regularização abertos no INCRA.** Disponível em:< <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs).** 2019. Disponível em:< <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-02-08-2019.pdf>>. Acesso: 10 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). **Em seus 12 anos, UFRB comemora maioria negra e pobre no ensino superior.** 2017. Disponível em:< <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Conforme Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016)

Prezado Senhor (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de pós-graduação intitulada “**Entre quilombos**: uma história de luta, resistência e de um modo de vida comunitária”.

O estudo justifica-se por fortalecer a organização das comunidades tradicionais através dos espaços formativos das associações comunitárias.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é sistematizar o histórico das Comunidades Quilombolas do município de Cruz das Almas – BA, na relação com o processo de organização, através das associações e das contribuições no contexto da Educação do Campo e tem como objetivos específicos: analisar o processo histórico de formação das comunidades através das histórias de vida dos sujeitos; caracterizar a comunidade e seus sujeitos e sua relação com a identidade quilombola e com a terra e o território; e identificar como as comunidades quilombolas se organizam por meio do associativismo no contexto da educação do campo.

O (A) Senhor (a) poderá se recusar a participar da pesquisa quando quiser, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e caso desejar sair da pesquisa, tal fato não terá prejuízo para o (a) senhor (a).

A sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identifica-lo (a), será mantido em sigilo. Caso o senhor (a) se sinta à vontade em participar da pesquisa, informamos que duas vias deste termo de consentimento livre e esclarecido serão assinadas na

página final, pelo (a) senhor (a), pelo (a) pesquisador (a) responsável; contendo rubricas dos mesmos em todas as folhas do referido termo.

O (A) Senhor (a) não terá direito a qualquer remuneração por sua participação na pesquisa, entretanto, quaisquer despesas decorrentes da participação na pesquisa serão reembolsadas e caso ocorra algum dano recorrente da sua participação na pesquisa, o (a) senhor (a) será indenizado (a), conforme determina a lei.

A pesquisa tem como pesquisador responsável Pablo Rezende da Silva, discente do curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e está sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Tatiana Ribeiro Velloso. O (A) senhor (a) poderá manter contato com eles pelos telefones (75) 98103-0266 ou 7599951-9900 como também pelo e-mail: pj.cruz.ba@hotmail.com. Dúvidas referentes aos aspectos éticos desta pesquisa poderão ser esclarecidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFRB, pelo telefone (75) 3621-6850, localizado na Rua Rui Barbosa, 710, Centro. (prédio da Reitoria) em Cruz das Almas-Bahia.

Sua participação se dará a partir de concessão de entrevista, sendo esta gravada em áudio para posterior transcrição e análise. Como a pesquisa utilizará entrevistas gravadas, os riscos que essa pesquisa poderá apresentar são as divulgações dos dados dos entrevistados sem a devida autorização e sem respeito as Resoluções 466/2012 e 510/2016, e alteração do comportamento real do pesquisado (constrangimento dos sujeitos) observados dessa pesquisa. Para minimizar tais efeitos a partir da descrição prévia sobre a pesquisa, a não interferência do pesquisador, fidelidade na coleta e interpretação dos dados, como também o direito do entrevistado de não responder qualquer pergunta, podendo responder em momento que julgar adequado e no local de sua escolha, além da imparcialidade do pesquisador.

Como benefícios advindos da participação na pesquisa pode-se citar, a contribuição para a sistematização da história das comunidades; contribuição para formação dos jovens das comunidades; contribuição para o processo de titulação das terras das comunidades e contribuição para a pesquisa no Brasil.

Após realização da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados com os registros de informações dos participantes da pesquisa serão arquivados pelos

pesquisadores responsáveis, por 5 anos. Os participantes poderão ter acesso aos resultados da pesquisa, assim como os resultados da pesquisa estarão disponibilizados na biblioteca da UFRB e no site do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação do Campo.

Cruz das Almas, _____ de _____ de 2020

Participante da pesquisa

Pesquisador responsável

APÊNDICE B - Roteiro da oficina 1: História da comunidade de identidade quilombola

INSTRUMENTO METODOLÓGICO: LINHA DO TEMPO

1º MOMENTO

TRECHO DO FILME: NARRADORES DE JAVÉ

NUVEM DE MARCOS HISTÓRICO – PALAVRAS QUE MOTIVARÃO O DEBATE E A CONSTRUÇÃO DA LINHA DO TEMPO

DEBATE SOBRE OS TEMAS: PERTENCIMENTO; DIVERSIDADE; POVOS TRADICIONAIS.

2º MOMENTO

DIMENSÕES

- PERTENCIMENTO
- DIVERSIDADE
- POVOS TRADICIONAIS

- CONSTRUÇÃO DA LINHA DO TEMPO

APÊNDICE C - Roteiro da oficina 2: Terra e Território**INSTRUMENTO METODOLÓGICO: CARTOGRAFIA SOCIAL****1º MOMENTO****DEBATER OS TEMAS DAS DIMENSÕES****DIMENSÕES**

- CONFLITO POR TERRA
- TRABALHO NO CAMPO
- DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

2º MOMENTO**ESCUTAR MÚSICA**

CONSTRUÇÃO DO MAPA DA COMUNIDADE A PARTIR DA METODOLOGIA DA
CARTOGRAFIA SOCIAL

APÊNDICE D - Roteiro da oficina 3: Participação, Coletividade e Associativismo**INSTRUMENTO METODOLÓGICO: COLCHA DE RETALHOS****1º MOMENTO****LEITURA DO TEXTO “A COLCHA DE RETALHOS”****DIMENSÕES**


- PARTICIPAÇÃO
- POLÍTICAS PÚBLICAS
- ASSOCIATIVISMO

2º MOMENTO**CONFECÇÃO DA COLCHA DE RETALHOS**

- 1) Solicitar aos participantes que relembrem um pouco das conquistas das comunidades. Lembrar-se de momentos marcantes, positivos e/ou negativos. E políticas públicas que eles almejam enquanto moradores da comunidade.
- 2) Entregar uma retalho de tecido para que escrevam ou desenhem em cada parte, algo marcante na vida da comunidade.
- 3) Pedir que pintem os retalhos de acordo com a sentimento que tiveram diante de cada situação descrita.
- 4) Pedir a um dos participantes que costure os retalhos formando uma grande colcha do grupo.

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para realização da Pesquisa da Vila Guaxinim

**ASSOCIAÇÃO
REMANESCENTES
DE QUILOMBO
VILA GUAXINIM** 

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS VILA GUAXINIM
CNPJ nº 26.460.317/0001-02
Endereço: Comunidade Quilombola Vila Guaxinim
Tel: (75) 99230-9597 – E-mail – comun.quilombolavilaguaxinim@gmail.com
CEP 44380000 Cruz das Almas – BA

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA


Eu Miriam Feliciano de Barros, na qualidade de presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos Vila Guaxinim, autorizo a realização da pesquisa intitulada "**Entre quilombos: uma história de luta, resistência e de um modo de vida comunitária**", a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Pablo Rezende da Silva; e declaro que esta instituição apresenta as condições necessárias à realização da referida pesquisa. Este termo é válido apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética avaliador do estudo.

Cruz das Almas, 11 de Emério de 2020.

Miriam Feliciano de Barros
Presidente de Associação Quilombola

Comunidade Remanescentes de Quilombo Vila Guaxinim
Comunidade Quilombola Vila Guaxinim, S/N, UFRB, Cruz das Almas - BA. 44 380-000
CNPJ: 26.460.317/0001-02 | Contato: (75) 98126-1990, (75) 99239-9597, (75) 98183-8587

ANEXO B – Autorização para realização da Pesquisa da Baixa da Linha



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA BAIXA DA LINHA
CNPJ:05.394.720/0001-00
Endereço: Escola de Agronomia
Tel: (75)9 8299-0564/99912-4812
CEP- 44380-000 Cruz das Almas - BA

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Eu Jarcia Brito Duarte Cavalcanti, na qualidade de presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Baixa da Linha, autorizo a realização da pesquisa intitulada "Entre quilombos: uma história de luta, resistência e de um modo de vida comunitária", a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Pablo Rezende da Silva; e declaro que esta instituição apresenta as condições necessárias à realização da referida pesquisa. Este termo é válido apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética avaliador do estudo.

Cruz das Almas, 11 de junho de 20 20.

05.394.720/0001-00
ASCOL
Associação Comunitária da Linha
Baixa da Linha, nº 2

Jarcia Brito Duarte Cavalcanti
Presidente de Associação Quilombola

ANEXO C – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTRE QUILOMBOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA, RESISTÊNCIA E DE UM MODO DE VIDA COMUNITÁRIA.

Pesquisador: PABLO REZENDE DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 29404120.2.0000.0056

Instituição Proponente: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

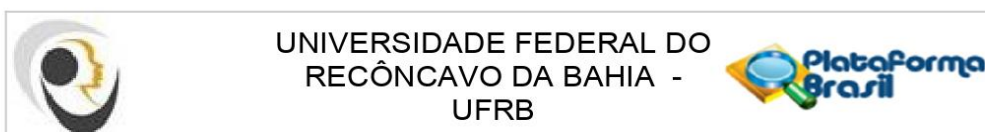
Número do Parecer: 4.001.023

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa tem como responsável o discente Pablo Rezende da Silva, do curso de Mestrado Profissional em Educação do Campo (Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo - UFRB) e está sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Tatiana Ribeiro Velloso. De acordo com o resumo em Informações Básicas do Projeto: "O presente trabalho tem o objetivo de sistematizar o histórico das Comunidades Quilombolas Vila Guaxinim e Baixa da Linha do município de Cruz das Almas – BA, na relação com o processo de organização, através das associações e das contribuições no contexto da Educação do Campo. Para tanto, serão adotados como estratégias metodológicas a pesquisa-ação, por meio da História Oral com abordagem qualitativa, desenvolvida de maneira a sistematizar o conhecimento de forma participativa com os sujeitos, buscando o processo de intervenção para transformação de sua realidade. Dessa forma, utilizaremos as categorias teóricas de participação, associativismo e quilombo. Os resultados obtidos com esses instrumentos metodológicos servirão de subsídio para a produção do relatório sobre a organização comunitária quilombola, produzida em comunidade com os sujeitos dessa pesquisa e que se apresentará como ferramenta para a formação dos jovens da comunidade e para o fortalecimento do pertencimento comunitário quilombola, bem como para dinâmica da associação."

Não participarão das entrevistas, conforme apresentado no critério de exclusão, "moradores de ambos os sexos, das comunidades quilombolas, com idade < 19 anos, e que se opuserem a

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)3621-9767 **E-mail:** eticaempesquisa@ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.001.023

participar, ou assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido."

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Sistematizar o histórico das Comunidades Quilombolas do município de Cruz das Almas – BA, na relação com o processo de organização, através das associações e das contribuições no contexto da Educação do Campo.

Objetivo Secundário:

Analisar o processo histórico de formação das comunidades através das histórias de vida dos sujeitos; Caracterizar a comunidade e seus sujeitos e sua relação com a identidade quilombola e com a terra e o território; Identificar como as comunidades quilombolas se organizam por meio do associativismo no contexto da educação do campo."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o pesquisador os riscos e benefícios são:

"Riscos:

Divulgação dos dados dos entrevistados sem a devida autorização e sem respeito as Resoluções 466/2012 e 510/2016, e alteração do comportamento real do pesquisado (constrangimento dos sujeitos) observados dessa pesquisa. Para minimizar tais efeitos a partir da descrição prévia sobre a pesquisa, a não interferência do pesquisador, fidelidade na coleta e interpretação dos dados, como também o direito do entrevistado de não responder qualquer pergunta, podendo responder em momento que julgar adequado e no local de sua escolha, além da imparcialidade do pesquisador.

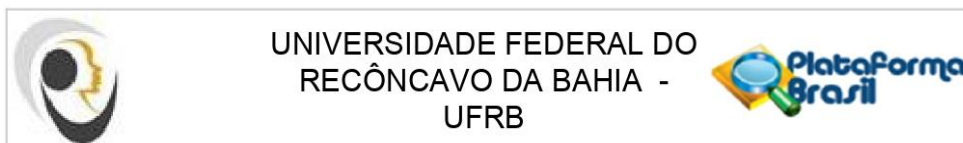
Benefícios:

A contribuição para a sistematização da história das comunidades; a contribuição para formação dos jovens das comunidades; a contribuição para o processo de titulação das terras das comunidades e contribuição para a pesquisa no Brasil."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este projeto enquadra-se na resolução 510/2016, que trata sobre pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Será desenvolvido pelo discente do Programa de Mestrado Profissional em Educação do Campo, junto às comunidades Quilombolas. A pesquisa apresenta relevância, pois busca

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710	CEP: 44.380-000
Bairro: Centro	
UF: BA	Município: CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850	Fax: (75)3621-9767
E-mail: eticaempesquisa@ufrb.edu.br	



Continuação do Parecer: 4.001.023

fortalecer politicamente e organizacionalmente as comunidade quilombolas envolvidas nesta pesquisa, por meio das associações, de forma que as mesmas garantam conquistas coletivas. Academicamente permitirá que a Universidade aproxime das populações que se encontram no entorno deste território, reconhecendo seus valores e trabalhando conjuntamente com as comunidades, discutindo e promovendo novas perspectivas sobre sua importância e seu papel social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos apresentados foram:

1. TCLE (anexado);
2. Folha de rosto, assinada pelo pesquisador e pela coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo (anexado);
3. Projeto detalhado (anexado);
4. Instrumento de coleta (anexado);
5. Declaração de concordância, assinada pelas respectivas presidentes das Associações Remanescentes de Quilombos envolvidas neste estudo (anexado).

Recomendações:

As recomendações do parecer n. 3.925.561 e n. 3.982.235 foram atendidas. Não há novas recomendações quanto aos termos apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Destacamos sobre a responsabilidade do pesquisador em manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda, por um período de 5 anos após o término da pesquisa (Resolução CNS 466/2012 Item XI.2.f – Do Pesquisador Responsável).

O pesquisador atendeu todas as pendências, assim o projeto encontra-se Aprovado para a execução, pois está em conformidade com a resolução 510/2016. O senhor deverá enviar a este CEP o relatório final após a conclusão da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Seu projeto foi Aprovado. Ressaltamos importância do pesquisador observar as Novas Orientações disponíveis na página do CEP referente as pesquisas Aprovadas diante da pandemia do Novo Coronavírus. (<https://www2.ufrb.edu.br/cep/arquivo-de-noticias/54-novas-orientacoes-para-submissao-de->

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)3621-9767 **E-mail:** eticaempesquisa@ufrb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.001.023

protocolos-depesquisa).

O CEP/UFRB deseja sucesso no desenvolvimento dos trabalhos e aguardará o recebimento do referido relatório nos prazos pertinentes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1501820.pdf	20/04/2020 22:20:30		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconsentimentook.docx	20/04/2020 22:20:03	PABLO REZENDE DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostook.pdf	27/02/2020 09:08:04	PABLO REZENDE DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	11/02/2020 21:48:55	PABLO REZENDE DA SILVA	Aceito
Outros	instrumentodecoleta.docx	11/02/2020 20:38:36	PABLO REZENDE DA SILVA	Aceito
Declaração de concordância	declaracoesdeconcordancia.pdf	11/02/2020 20:36:31	PABLO REZENDE DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRUZ DAS ALMAS, 30 de Abril de 2020

Assinado por:
ANGELICA MORGANA ARAUJO FREITAS
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Rui Barbosa, 710
Bairro: Centro **CEP:** 44.380-000
UF: BA **Município:** CRUZ DAS ALMAS
Telefone: (75)3621-6850 **Fax:** (75)3621-9767 **E-mail:** eticaempesquisa@ufrb.edu.br

ANEXO D – Certidão de Autodefinição da Comunidade Vila Guaxinim



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro
CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO


O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.001419/2012-42 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE VILA GUAXINIM**, localizada no município de Cruz Das Almas/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 015, Registro nº 1.785, fl.003, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO**.

Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass.), , Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai, Brasília/DF, 08 de abril de 2013.

O referido é verdade e dou fé.


JOSÉ HILTON SANTOS ALMEIDA
 Presidente
 Fundação Cultural Palmares - FCP

ANEXO E – Certidão de Autodefinição da Comunidade da Baixa da Linha



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

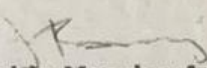
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção n.º 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação n.º 01420.003090/2010-92 **CERTIFICA** que a **Comunidade da Baixa da Linha**, localizada no município de Cruz das Almas/BA Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.349, fl. 164, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **27 de setembro de 2010.**

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes Araújo
(Zulu Araújo)
PRESIDENTE

CONFERE COM O ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO. **07 DE DEZ. 2010**

CRUZ DAS ALMAS


TABELA - LAVRA - Alice M. M. Macabôas
 SUBTABELA - Normas dos Santos Lopes

AUTENTICAÇÃO RECONHECIMENTO ESTADO DA BAHIA
 Nº EB 860037

SBS QD 02 LOTE 11 Ed. Elyc Meireles Brasília/DF CEP: 70070-945 Brasília DF - Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
 E-mail: dpa@palmars.gov.br / Site: www.palmars.gov.br

"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

ANEXO F – Demarcação das comunidades quilombolas



Inquérito Civil n.º 1.14.000.002906/2013-41

ATA N.º 002/2017/LBN

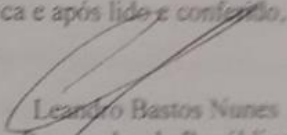
No dia 19 de janeiro de 2017, às 15h00, na sede da Procuradoria da República na Bahia, no gabinete do Procurador da República Dr. Leandro Bastos Nunes, compareceu os integrantes da **comunidade quilombola da Vila Guaxinim, do INCRA**, e da Universidade Federal de Recôncavo da Bahia – UFRB declarando que: o superintendente substituto do INCRA pontuou que o estudo do RTID poderia apontar uma área que comprometeria significativamente o campus da UFRB; o procurador Federal pontuou que o art. 5º da Lei 6.120/74 proíbe qualquer doação ou cessão gratuita de bens por parte das Universidades Federais; que os conflitos fundiários existem em todo o país; que foi emitido um parecer normativo CPLC/PGF n.º 3/2016, o qual concluiu que qualquer doação de imóveis de IFES (Institutos Federais de Ensino) teria que ser feita, mediante Lei; que o Reitor da UFRB mencionou que a permanência da comunidade no campus sempre ocorreu de forma pacífica, mostrando-se favorável à regularização e titularização por parte do INCRA; que há mais de 70 anos se convive com a comunidade Vila Guaximi de forma pacífica; que a maior preocupação se deve em razão da expansão das ocupações na área, inclusive por terceiros, para fins especulatórios; a comunidade afirmou que tem interesse na regularização e titularização da área, e que os novos ocupantes da área seriam pessoas estranhas à própria comunidade, tratando-se “invasores” com fins especulatórios; o Reitor da UFRB registrou que haveria pendência relativa à demarcação e definição da respectiva área, em razão de propostas existentes de expansão das áreas de pesquisa e extensão da própria universidade; o Procurador Federal ressaltou que a saída jurídica seria a edição de uma Lei com efeitos concretos, a fim de viabilizar a doação da área; que a antropóloga do INCRA afirmou que as áreas ocupadas pela comunidade seriam superiores às pleiteadas, fazendo uma distinção entre território ocupado e território tradicional, e a área total pleiteada e viável seria de aproximadamente 53 hectare; que foram discutidos os termos e os limites que seriam objeto da demarcação da área em pelo da comunidade entre a UFRB e a comunidade. Por fim, a reunião terminou com o

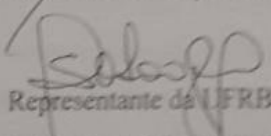
Fluxo Interno Número – 243 – Locomotiva Centro Executivo – Dados – CEP – F. 494-013 – Salvador/BA
Tel. (71) 3647-2200

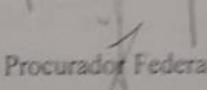


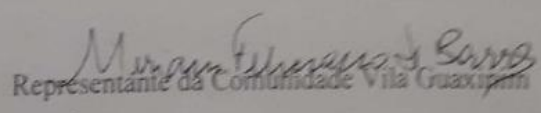
MPF Procuradoria
da República
Ministério Público Federal no Bahia

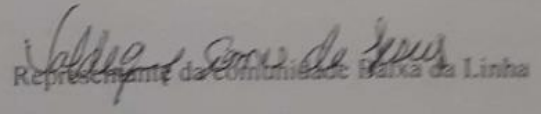
impasse referente à definição da área a ser demarcada e a necessidade de edição de uma Lei com efeitos concretos ou o regular trâmite do RTID no intuito de culminar com o Decreto de Desapropriação. Além disso, restou assentado ainda a pendência relativa à definição da área exata a ser demarcada e reconhecida em favor da Comunidade, que será objeto de acordo e definição entre as partes envolvidas, a fim de se imprimir o regular andamento do RTID, o qual, porém, devido às peculiaridades do caso, seria efetivado de forma simplificada. Nada mais havendo, foi encerrada a presente reunião e finalizado o presente Termo de Declaração, que foi digitado por mim, Leandro Bastos Nunes, procurador da República e após lido e conferido, segue assinado pelos presentes.

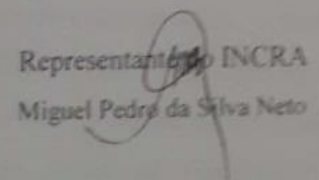

Leandro Bastos Nunes
Procurador da República


Representante da UFRB
Silvio Luiz de Oliveira Soglia


Procurador Federal
Romulo Lunelli


Representante da Comunidade Vila Guaxupim


Representante da Comunidade Barra da Linha


Representante do INCRA
Miguel Pedro da Silva Neto

ANEXO G – Ata da reunião do Comitê de Regularização das terras**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA****PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO****ATA DA REUNIÃO 07/02/2018**

Aos sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito fora realizada, na Sala dos Conselhos desta Universidade, a reunião da Comissão Comissão para elaborar proposição de termos e limites da área a ser demarcada e reconhecida em favor das comunidades da Vila Guaxinim e da Baixa da Linha, com as presenças de Erivaldo de Jesus da Silva, Márcia Cristina Duarte Cavalcante, José da Conceição Santana, José Augusto Araújo Pereira, Kelly de Souza Santos Marcelo Henrique Siqueira de Araújo, Miriam Feliciano de Barros, Tatiana Ribeiro Velloso, Pablo Resende da Silva. Inicialmente a presidente desta Comissão, profa. Tatiana Velloso, informou aos membros a inclusão de Kelly (representante da Humana Brasil), José Santana (docente do CCAAB) e Pablo (representante da Prefeitura) nesta Comissão. Miriam informou a todos que José Augusto substituirá Valdeque como representante da comunidade da Baixa Linha, solicitando a retificação da portaria. Em seguida, profa. Tatiana realizou um apanhado geral da última reunião, realizada no dia 09/11/2017. Socializou que em Janeiro de 2017, houve uma reunião entre o Ministério Público Federal, Procuradoria da UFRB, Administração Central da UFRB, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Associações das comunidades da Vila Guaxinim e Baixa da Linha, representados por Miriam e Valdeque, respectivamente. Nesta oportunidade, o INCRA afirmou que não possuía recursos de logísticas e operacionais para elaborar o RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação), o qual é uma peça fundamental para o processo de regularização fundiária. Após os debates, houve um acordo entre as partes de se fazer uma delimitação da área mediada e acordada que pudesse garantir os direitos das comunidades quilombolas. Profa. Tatiana enfatizou que a situação da Vila

Guaxinim é um pouco mais complicada para a demarcação, devido a alguns conflitos resultantes da implantação do NEAS. Profa. Tatiana lembrou os encaminhamentos da última reunião, os quais foram: necessidade de ampliação desta comissão, envolvendo também outros sujeitos representativos, que foi realizada com a incorporação do docente José Santana, Kely e Pablo; Disponibilizar a demarcação da área de conflito para a mediação entre o NEAS e estas comunidades; Estratégias de acolhimento das comunidades com um café da manhã. Dando sequência a reunião, prof. Marcelo apresentou a poligonal feita com base na imagem da área (imagem do Google, ano 2013) disponibilizada por Miriam. Prof. Marcelo informou que houve a necessidade de fazer alguns ajustes, seguindo um marco visível. Com relação aos cortes secos (uma linha que não possui referencial no campo) presentes na imagem, prof. Marcelo salientou que o ideal é utilizar alguma delimitação visível no campo, como uma estrada, sendo necessário rever o zig zag da imagem, para ajustar com a poligonal. Enfatizou também que não é o momento de realizar o levantamento topográfico da área, e que se deve considerar como realidade a imagem atual disponível (Google, ano 2013) para a negociação, mas que podem ocorrer mudanças. Uma vez acordada a negociação, deve-se fazer o levantamento topográfico, e que após isso, as partes envolvidas devem estar cientes que podem ser necessários novos ajustes. Após discussões sobre a imagem, profa. Tatiana enfatizou a necessidade de fazer a mediação na área de conflito entre a comunidade da Vila Guaxinim e o NEAS e sugeriu aos membros uma ida a campo. A partir da área do mapa, prof. Marcelo perguntou se algum membro consegue identificar 4 ou 5 pontos reais que estão no campo. Foi disponibilizada pelo Gabinete uma imagem que possui as coordenadas da área e o prof. Marcelo se responsabilizou de fazer a poligonal. Como encaminhamento desta reunião ficou definido que alguns membros farão um levantamento de campo no dia seguinte 08/02/2018, com o auxílio do GPS, para a elaboração do relatório; Próxima reunião da Comissão para o dia 22/03/2018 na sede da Associação; Café de acolhimento e socialização do relatório com as comunidades no dia 05/04/2018. Nada mais havendo a tratar, eu Marluci Barboza Moreira, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por todos. Cruz das Almas, 07 de fevereiro de 2018.

Erivaldo de Jesus da Silva _____

Márcia Cristina Duarte Cavalcante _____

José da Conceição Santana _____

José Augusto Araújo Pereira _____

Kelly de Souza Santos _____

Marcelo Henrique Siqueira de Araújo _____

Marluci Barboza Moreira _____

Miriam Feliciano de Barros _____

Tatiana Ribeiro Velloso _____

Pablo Resende da Silva _____

ANEXO H – Canção da terra, do compositor Pedro Munhoz, utilizado na Oficina 2 – Terra e Território

Canção da Terra

Compositor: Pedro Munhoz

Tudo aconteceu num certo dia
Hora de ave maria o universo vi gerar
No princípio o verbo se fez fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome o lugar
Era terra, terra

E fez o criador a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela terra, terra

Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À terra, terra

Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À terra, terra